



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Eficácia do sistema político e apoio à democracia em África:
Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada

Eliane Sandrine Borges Fernandes

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada com Agregação, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Eficácia do sistema político e apoio à democracia em África:
Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada

Eliane Sandrine Borges Fernandes

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada com Agregação, ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Agradecimento

As páginas desta dissertação acompanharam-me durante anos da minha vida que nunca imaginei viver. Nos momentos de grande incerteza, serviram-me de motivo para continuar. Nos momentos de solididade, serviram-me de companhia em aventuras pelo mundo. Agora, estas mesmas páginas são o meu motivo de orgulho.

As minhas primeiras palavras de agradecimento dirigem-se à minha orientadora, professora Ana Maria Belchior, que sempre se mostrou disponível para me ensinar, encaminhar, apoiar e, acima de tudo, pela paciência e pelo apoio moral nos momentos em que eu mais necessitava.

À professora Edalina Sanches, por despertar em mim um interesse pela política africana, especialmente no que concerne a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e por me auxiliar no início da escrita desta dissertação, fornecendo dados e sugestões literárias.

Aos meus irmãos, Ivan, Bruno e Jorge, que sempre estiveram ao meu lado desde o primeiro passo nesta desafiante caminhada pelo ISCTE.

Às minhas mães, Amélia, Eloisa e Gabi, por toda a educação que inculcaram em mim, pelo incentivo e pela família que me deram.

E por último, obrigada a ti, Sandrine, por me teres acompanhado ao longo da vida e não me deixares desistir ou me perder. O meu eterno obrigado por isto e por tudo.

As páginas desta dissertação acompanhar-me-ão enquanto trilho o meu percurso pelo mundo da política que agora, mais do que nunca, imagino viver.

Resumo

Como registado noutros pontos do globo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm evidenciado nos últimos anos sinais de enfraquecimento democrático. Tendo presente as diferenças e similitudes destes dois casos africanos, e a incipiência que ainda se verifica no estudo de alguns tópicos da Ciência Política em contexto africano, como é o caso do regime democrático, visa-se nesta pesquisa testar a relação causal entre eficácia do funcionamento do sistema político e o apoio difuso à democracia. Dessarte, esta investigação propõe-se responder às seguintes questões de pesquisa: *Em que medida a eficácia do sistema político influencia o nível de apoio que os cidadãos conferem à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe? E em que medida a instabilidade política e o nível de corrupção do país reforçam o efeito das avaliações políticas dos cidadãos no nível de apoio à democracia?*

Procede-se, primeiro, a uma análise descritiva e longitudinal do apoio à democracia nas democracias africanas (entre 1999 e 2019), com vista a contextualizar os dois casos de estudo. Realiza-se depois uma análise explicativa do apoio à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (em 2016/2018), colocando especial ênfase na importância explicativa da eficácia do sistema político. Mede-se a eficácia do sistema político, não só comparando os dois casos a nível macro, como também com base nas seguintes variáveis a nível dos cidadãos: as avaliações sobre a performance do governo, a perceção sobre a conflitualidade institucional e sobre o nível de corrupção no país. A pesquisa apoia-se em dados do Afrobarómetro (ronda 7). Os resultados indicam que as apreciações sobre a performance do governo são reforçadas pelos problemas institucionais existentes ao nível do sistema político do país, afetando negativamente o apoio à democracia.

Palavras-chave: Apoio à democracia; Apoio difuso; Apoio específico; Eficácia do sistema político; Cabo Verde; São Tomé e Príncipe

Abstract

As registered in other parts of the world, Cape Verde and São Tomé and Príncipe have shown signs of democratic weakening in recent years. Bearing in mind the differences and similarities between these two African cases, and the incipient study of some topics of Political Science in the African context, such as the democratic regime, this research aims to test the causal relationship between the effectiveness of the functioning of the political system and diffuse support for democracy. Therefore, this research aims to answer the following research questions: To what extent does the effectiveness of the political system influence the level of support that citizens give to democracy in Cape Verde and São Tomé and Príncipe? And to what extent do the country's political instability and level of corruption reinforce the effect of citizens' political evaluations on the level of support for democracy?

First, a descriptive and longitudinal analysis of support for democracy in African democracies (between 1999 and 2019) is carried out, with the aim of contextualizing the two case studies. We then conduct an explanatory analysis of support for democracy in Cape Verde and São Tomé and Príncipe (in 2016/2018), placing special emphasis on the explanatory importance of the effectiveness of the political system. The effectiveness of the political system is measured not only by comparing the two cases at macro level, but also on the basis of the following variables at citizen level: evaluations of government performance, perceptions of institutional conflict and level of corruption in the country. The research is based on data from Afrobarometer (round 7). The results indicate that evaluations of the government's performance are negatively reinforced by institutional problems in the country's political system, affecting support for democracy.

Keywords: Support for democracy; Diffuse support; Specific support; Effectiveness of the political system; Cape Verde; São Tomé and Príncipe.

Índice

Agradecimento	i
Resumo	iii
Abstract	v
Introdução	1
Capítulo 1. Eficácia do sistema político e apoio à democracia: Enquadramento teórico e conceptual	4
1.1. Apoio específico e apoio difuso: Quadro teórico-conceptual	4
1.2. Fatores explicativos do apoio ao regime democrático: Teorias e estado da arte	6
1.2.1. Teorias sobre a formação das atitudes políticas: Teorias culturais e teorias institucionais	6
1.2.2. Eficácia do sistema político, bens económicos e não económicos e apoio à democracia	7
1.2.3. Tese da desconsolidação da democracia: Eventuais causas e tendências	8
1.2.4. Instabilidade política, corrupção e apoio à democracia	9
1.3. Fatores explicativos do apoio ao regime democrático em África: Hipóteses	12
Capítulo 2. Casos de estudo: Contexto político de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe	16
2.1. Cabo Verde	16
2.2. São Tomé e Príncipe	17
2.3. Critérios para a seleção dos casos de estudo	18
Capítulo 3. Enquadramento metodológico	19
3.1. Justificação do período temporal em análise	19
3.2. Operacionalização	20
3.3. Opções da análise de dados	23
Capítulo 4. Resultados: Evolução do apoio à democracia em África e avaliação dos efeitos da eficácia do sistema político no apoio ao regime em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	23
4.1. Evolução do apoio à democracia em África	24
4.2. Evolução da eficácia do sistema político em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	24
4.3. Efeitos da eficácia do sistema político no apoio à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	26

Capítulo 5. Conclusões	38
Referências Bibliográficas	41
Anexos	49
Anexo A – Justificação e operacionalização dos controlos	49
Anexo B – Dados descritivos da análise empírica	51
Anexo C – Dados relativos aos modelos de regressão logística	55

Índice de Figuras

Figura 1 – Probabilidade de apoio à democracia em função da avaliação da performance económica setorial do governo em Cabo Verde	27
Figura 2 – Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da avaliação da performance económica setorial do governo em STP	28
Figura 3 – Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da percepção da conflitualidade institucional em CV	29
Figura 4 – Probabilidade de apoio à democracia em função da percepção do envolvimento de políticos em corrupção em CV	30
Figura 5 – Probabilidade de apoio à democracia em função da percepção do envolvimento de políticos em corrupção em STP	31
Figura 6 – Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção da conflitualidade institucional e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV	32
Figura 7 – Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da performance económica setorial do governo em CV	33
Figura 8 – Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV	34
Figura 9 – Probabilidade de apoio à democracia em função da eficácia efetiva do sistema político em CV e STP	35
Figura 10 – Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre avaliação da performance económica setorial do governo e dummy eficácia efetiva do sistema político em CV e STP	36

Introdução

A democracia enquanto regime alcançou, ao longo do século XX, uma dimensão hegemónica a nível mundial. O processo de democratização atingiu também o continente africano. Os ventos da terceira onda de democratização fizeram-se sentir em África há cerca de quatro décadas (Huntington, 1991). Atualmente, alguns regimes democráticos do continente revelam-se pujantes e experienciam mudanças positivas significativas no plano da governação (Wiebusch, Aniekwe, Oette e Vandeginste, 2019). Há, contudo, evidências que sugerem que o regime democrático esteja em retrocesso, não só no mundo ocidental como também em África (Foa e Mounk, 2016, p. 16, 2017a; 2017b; Kriesi, 2020; Mattes, 2019, pp. 10-11; Mudde, 2021). Dessarte, e focando casos usualmente negligenciados no estudo da democracia, importa aferir do ponto de vista popular, a legitimidade de que o regime democrático goza em África e, em particular, averiguar as causas que possam estar subjacentes à legitimidade popular do regime. Mais concretamente, questiona-se nesta investigação o efeito da eficácia do sistema político no apoio ao regime democrático em dois casos africanos: Cabo Verde (CV) e São Tomé e Príncipe (STP).

O apoio à democracia constitui um tema tradicional da Ciência Política e conta com uma vasta produção académica, essencialmente centrada no estudo de casos do mundo ocidental. Esta literatura aponta, em especial, para que a consolidação democrática, do ponto de vista atitudinal, reflita a crença partilhada pela maioria da população de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mesmo perante situações de crises políticas e económicas, sendo assim considerado “o único jogo da cidade” (Linz e Stepan 1996, p. 5; ver também Lipset, 1959). Na raiz da consolidação, encontra-se o apoio dos cidadãos ao regime de forma difusa, remetendo para a aceitação destes do conjunto das normas, objetivos, regras, instituições políticas e estruturas do regime (Easton, 1975, pp. 446-448).

Têm prevalecido na literatura diversas propostas de medição de apoio à democracia (Teixeira, de Almeida Pereira e Belchior, 2007, p. 15). Uma destas propostas respeita à aferição do apoio à democracia comparando-o com o apoio a alternativas não-democráticas. Como dizia Winston Churchill (em Mishler e Rose, 1999), os cidadãos apoiam a democracia não apenas pelo que este regime providencia, mas também pelo que não é. Isto é, a antipatia dos indivíduos em relação a regimes não-democráticos aumentaria proporcionalmente o apoio dos mesmos ao regime democrático (Mishler e Rose, 1999). Esta é uma opção viável dado que os indivíduos são aparentemente capazes de discernir entre o regime no qual vivem e regimes alternativos (Klingemann, 1999). Deste modo, o apoio à democracia e o seu reverso - o apoio ao autoritarismo - constituem as variáveis dependentes da presente pesquisa. Por uma questão de simplificação e dado que são duas faces da mesma moeda, fala-se apenas em apoio à democracia (medida diretamente, mas também mediante a rejeição de formas autocráticas de governo).

Do ponto de vista empírico, demonstrou-se que a eficácia do sistema político se encontra ligada a níveis mais elevados de apoio e preferência pela democracia (Dahl, 1971; Easton, 1965, 1975; Linz, 1978; Lipset 1959; Magalhães, 2013, 2014). A presente dissertação apoia-se teoricamente nesta abordagem, visando replicar para os estudos de caso CV e São Tomé a relação entre eficácia do sistema político e apoio ao regime democrático já demonstrada para outros casos não africanos.

Em contraste com o mundo ocidental, onde a literatura sobre o apoio à democracia é extensa, poucos são os trabalhos que se debruçam sobre o tópico em contexto africano (Doorenspleet, 2012; Veenendaal, 2021; Veenendaal e Corbett, 2015). Com base no estudo de dois casos africanos, a presente investigação visa contribuir para alargar o conhecimento sobre o que explica o apoio ao regime democrático neste contexto. Assenta, para tal, na averiguação da existência de uma relação causal entre a eficácia do sistema político, medida por avaliações positivas dos cidadãos sobre a performance governamental, e pela perceção de um baixo nível de corrupção e de conflitualidade institucional, assim como mediante a comparação dos dois casos de estudo – um considerado politicamente eficaz (CV), e o outro ineficaz (STP), e o apoio difuso à democracia.

Embora alguns estudos sobre o apoio difuso em casos africanos tenham examinado a relevância da eficácia do sistema político, este fator parece estar presente apenas num pequeno número de investigações sobre a África subsariana (são exemplos: Bratton, 2002; Bratton e Mattes, 2001; Fernandez e Kuenzi 2010). Estas pesquisas concluíram, de modo geral, que a eficácia com que as autoridades políticas satisfazem as exigências políticas dos seus cidadãos importa para o apoio e preferência destes pela democracia (Bratton e Mattes, 2001; Bratton e Lewis, 2005). Pelo oposto, face à privação destes bens indispensáveis, os cidadãos tendem a não apoiar a democracia (Bratton e Mattes, 2000; Bratton, 2002; Mattes, Bratton, Davids e Africa, 2000; Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi, 2005; Huang, Chang e Chu, 2008; Mattes e Bratton, 2003). Contudo, prevalecem dúvidas sobre a efetiva importância da eficácia do funcionamento do sistema político sobre o apoio ao regime democrático.

Apoiando-se nesta pesquisa prévia, a presente dissertação visa atualizá-la e aprofundá-la, testando comparativamente aquela relação em dois arquipélagos africanos – CV e STP. Assim, este estudo contribui para a literatura sobre o apoio à democracia ao focar compreensivamente em diversas dimensões da eficácia do sistema político, analisando também as dinâmicas que estas dimensões estabelecem entre si, em especial no que respeita à interação entre a eficácia política operacionalizada a nível micro e macro, perspetiva ainda sub-estudada.

Deste modo, os objetivos que guiam esta investigação propõem aferir comparativamente o efeito da eficácia do sistema político no apoio à democracia em CV e em STP. Dado que a instabilidade política pode espelhar as irregularidades do sistema democrático (Veenendaal, 2021) e que a corrupção prejudica a democracia (Collins e Gambrel, 2017; Hakhverdian e Mayne, 2012; Kang e Zhu, 2021), esta investigação tem também como objetivo testar os efeitos da eficácia efetiva do sistema político no apoio à democracia – comparando ambos os casos de estudo - e averiguar o seu papel mediador na relação entre a avaliação da performance do regime pelos cidadãos e o apoio à democracia em ambos

arquipélagos, comparativamente, nesse mesmo lapso temporal (2016/2018). Dessarte, supõe-se que estes fatores tenderão a atuar em paralelo com as avaliações sobre a performance do governo, reforçando o seu efeito sobre o apoio ao regime. De modo a responder aos objetivos, esta análise apoia-se em dados do Afrobarómetro de 2016/2018, que é o lapso temporal mais recente para o qual existem dados que permitam comparar Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Teoricamente, esta investigação apoia-se nas teorias institucionais sobre o apoio à democracia. Estas suportam-se na ideia de que o apoio ao regime é, acima de tudo, uma consequência racional dos indivíduos face à avaliação que fazem da eficácia do sistema político (Evans e Whitefield, 1995; Finkel, Muller e Seligson, 1989; Mattes e Bratton 2007; Magalhães, 2014). Consequentemente, adota-se esta abordagem sobre a eficácia do sistema político como explicativa do apoio à democracia. Posto isto, pretende-se responder às seguintes questões de pesquisa: *Em que medida a eficácia do sistema político influencia o nível de apoio que os cidadãos conferem à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe? E em que medida a instabilidade política e o nível de corrupção do país reforçam o efeito das avaliações políticas dos cidadãos no nível de apoio à democracia?*

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos. O capítulo I é dedicado à sistematização dos contributos teóricos e conceptuais que constituem o pano de fundo da investigação. São apresentados os fatores explicativos do apoio à democracia, discute-se a problemática e são traçados os objetivos e formuladas as hipóteses a testar. O capítulo II contextualiza o panorama político dos dois estudos de caso, CV e STP. No capítulo III, descrevem-se os métodos e são operacionalizadas as variáveis em estudo. Por fim, no capítulo IV, comparam-se os níveis de apoio à democracia em África e são apresentados os resultados da análise sobre a relação entre a eficácia do sistema político e o apoio à democracia em CV e STP. A dissertação termina com uma sistematização dos principais resultados da mesma e o questionamento sobre algumas das suas implicações no capítulo V.

CAPÍTULO 1

Eficácia do sistema político e apoio à democracia: Enquadramento teórico e conceptual

Este capítulo dedica-se à sistematização dos contributos teóricos e conceptuais que constituem o pano de fundo da investigação. Encontram-se aqui traçados os objetivos desta dissertação. Com este intuito, o primeiro subcapítulo sistematiza os contributos teóricos sobre os conceitos de apoio específico e difuso e a relação existente entre eles. De seguida, o segundo subcapítulo faz o levantamento do estado da arte relativamente aos fatores explicativos do apoio ao regime democrático e confere especial destaque a uma linha de argumentação à qual se tem prestado pouca atenção e que guiará esta investigação: a importância da eficácia do sistema político nos níveis de apoio ao regime. Por fim, o terceiro subcapítulo apresenta os fatores explicativos mais relevantes do apoio democrático em contexto africano e formula as hipóteses a testar.

1.1. Apoio específico e apoio difuso: Quadro teórico-conceptual

Este subcapítulo apresenta o quadro teórico e os conceitos centrais que servirão de alicerce para o desenvolvimento da investigação. Primeiramente, introduz-se a distinção entre o apoio específico e difuso e os seus objetos, passando-se de seguida para uma discussão teórica sucinta relativa aos contributos para a sua conceptualização ao longo do tempo.

Inicia-se esta secção destrinchando os objetos de apoio no sistema político. De acordo com Easton, distinguem-se três objetos aos quais o apoio pode ser dirigido: a comunidade política, o regime e as autoridades (ver Easton, 1965, capítulos 11-13). No que concerne a estes objetos políticos, a comunidade política é tida como o mais abstrato na medida em que representa a identidade coletiva da nação ou o sistema político. O apoio ao regime refere-se tanto às atitudes que concernem à ordem constitucional da nação, como às atitudes em relação às instituições que regem a comunidade política. O terceiro objeto de apoio, designado por autoridades, compreende Presidentes, Primeiros-Ministros, legisladores e demais líderes eleitos. A distinção dos diferentes tipos de apoio político propostos por Easton, e os seus múltiplos objetos, foram posteriormente refinados (ver: Dalton, 1996; Ferrín e Kriesi, 2016b, p. 9; Torcal e Montero, 2006), embora tenham mantido, de modo geral, a sua essência. A presente pesquisa foca apenas num destes objetos de apoio: o regime político.

No seu estudo pioneiro, ao interrogar-se acerca da natureza do apoio ao regime político, Easton (1965, 1975) advoga uma distinção entre dois tipos de apoio – apoio específico e apoio difuso. Estes conceitos têm sido usados como suporte conceptual para a aferição do apoio à democracia por muitas pesquisas (são exemplos: Doorenspleet, 2012; Gunther e Monteiro, 2003; Teixeira, Tsatsanis e Belchior, 2014; Weatherford, 1984). É sobre estes conceitos que debruça a presente secção.

O apoio específico é uma resposta à eficácia das autoridades e resulta de um cálculo feito pelos cidadãos a respeito do desempenho económico e político das instituições, independentemente das crenças normativas destes (Easton, 1975, p. 437). A grande volatilidade deste tipo de apoio é fruto da inerente natureza avaliativa do mesmo, sendo necessário que os indivíduos estejam conscientes da relação existente entre as suas necessidades, desejos e exigências e o comportamento das autoridades políticas. Em suma, o apoio específico varia em função da forma como as exigências das pessoas estão a ser respondidas; isto é, varia em conformidade com os benefícios que estas retiram e a consequente satisfação com a eficácia do sistema.

Por seu turno, o apoio difuso diz respeito à aceitação do conjunto de normas, objetivos, regras, instituições políticas e estruturas do regime (Easton, 1975, pp. 446–448). Esta forma de apoio é descrita como sendo um reservatório de atitudes favoráveis ao regime, na medida em que possibilita que os cidadãos possam aceitar os resultados políticos com os quais não concordam (Easton, 1975). Deste modo, o apoio dos cidadãos ao regime não depende dos resultados políticos efetivos, continuando aqueles a apoiar os princípios democráticos mesmo quando os resultados não são satisfatórios. O apoio difuso tem as suas fontes na socialização e experiência ao longo da vida, detendo, por isso, estabilidade no tempo. Quando o nível de apoio difuso se torna elevado, é difícil enfraquecê-lo (Easton, 1975, p. 444). Todavia, caso o descontentamento surja e perdure, o mesmo poderá, eventualmente, não apenas desgastar os laços de ligação com o sistema político, mas também condicionar o apoio difuso, fazendo este último cair num declínio profundo (Easton, 1975, p. 445). Isto é, fragilidades a nível do apoio específico poderão minar, ao longo prazo, o apoio difuso. De modo inverso, importa salientar que os membros de um dado sistema político podem ser conduzidos a apoiar o regime com base no efeito “spillover” (Easton, 1975, p. 446). Isto é, o apoio específico pode transbordar e promover o apoio ao próprio regime.

A este respeito, a literatura tem demonstrado um crescimento considerável da insatisfação política nas últimas décadas, sendo esta coexistente com a aceitação dos princípios e dos valores democráticos. Tal coexistência ilustra a natureza paradoxal do apoio político (Armingeon e Guthmann, 2014; Dahl, 2000; Dalton, 2004; Doorenspleet, 2012; Foa e Mounk, 2016, p.16; Fuchs, Guidorossi e Svensson, 1995; Inglehart, 1999; Klingemann, 1999; Norris, 1999). Nesta constatação, há a sublinhar a ideia do surgimento de cidadãos instruídos e insatisfeitos com a eficácia do sistema político, que possuem um posicionamento mais crítico e que não devem ser vistos como menos democratas, mas sim como “cidadãos críticos” (Norris, 1999, p. 3) ou “democratas insatisfeitos” (Klingemann, 1999, p. 32). Estes indivíduos podem constituir uma mais-valia num regime democrático, fomentando a melhoria dos processos e estruturas democráticas (Doorenspleet, 2012; Fuchs e Roller, 2006; Klingemann, 1999; Norris, 1999). Podem, por isso, ser entendidos como portadores de uma mensagem de esperança quanto ao aperfeiçoamento do sistema político democrático e não propriamente de declínio da democracia. Esta constatação tem sido designada de “paradoxo democrático” (Dahl, 2000). Este paradoxo encontra-se disseminado um pouco por todas as sociedades ocidentais pós-industriais (Dalton, 2004). Reitera-se

que esta investigação se inscreve na linha causal enunciada por Easton, que postula que o apoio difuso é essencialmente reflexo dos outputs do sistema político.

1.2. Fatores explicativos do apoio ao regime democrático: Teorias e estado da arte

Este subcapítulo trata dos fatores explicativos do apoio à democracia, tanto no que respeita às principais teorias explicativas, como ao estado da pesquisa sobre o tópico. A primeira secção reporta às teorias sobre a formação das atitudes políticas. De seguida, apontam-se argumentos sobre a relação entre a eficácia do sistema político, bens económicos e não económicos e apoio à democracia. Aborda-se também, sumariamente, a tese da desconsolidação democrática. Finalmente, para terminar, são consideradas as variáveis mais impactantes no apoio à democracia no quadro da literatura relevante.

1.2.1. Teorias sobre a formação das atitudes políticas: Teorias culturais e teorias institucionais

Existem duas teorias centrais sobre a explicação da formação das atitudes políticas: as teorias exógenas ou culturais e as teorias endógenas ou institucionais (Mishler e Rose, 2001a). Estas teorias não são inteiramente distintas, uma vez que ambas veem o apoio político como aprendido (Mishler e Rose, 2002, p. 8). O marco temporal e os agentes de aprendizagem são os seus principais elementos de distinção, na medida em que as teorias culturais destacam as experiências do início da vida e influências que ultrapassam o plano político, enquanto as teorias institucionais ressaltam a vida adulta e a experiência atual relativa à performance governamental.

De acordo com as teorias culturais, o apoio ao regime é exógeno às instituições políticas. Este apoio nasce no decurso do processo de socialização, que ocorre numa altura precoce da vida e no seio familiar e escolar, fora da esfera política (Almond e Verba, 1963, p. 266; Anderson, 1998; Franklin, 2004; Fuchs, 1999, pp. 124-125; Inglehart, 1990; Martini e Quaranta, 2020, p. 55; Mishler e Rose, 2001, 2002; Norris, 2011; Montero, Gunther e Torcal, 1997; Rohrschneider, 1996).

As teorias institucionais concebem o apoio político como devedor da aprendizagem institucional (Rohrschneider, 1994; 1996), sendo menos estudadas do que as teorias culturais (Anderson e Tverdova, 2001). Na ótica das teorias institucionais, o apoio político é uma consequência racional face à eficácia institucional (Anderson e Tverdova, 2001; Bratton e Mattes, 2001; Dahlberg e Linde 2016; Evans e Whitefield, 1995; Finkel, Muller e Seligson (1989); Magalhães, 2014; Mattes e Bratton 2007; Weßels, 2016, p. 235). Isto é, sistema políticos que funcionam bem geram apoio ao regime (Mishler e Rose, 2001). Deste modo, de acordo com as teorias institucionais, o apoio é endógeno às instituições políticas e resulta da sua eficácia. É nas teorias institucionais que o argumento desta investigação se apoia.

1.2.2. Eficácia do sistema político, bens económicos e não económicos e apoio à democracia

Easton propõe que a eficácia do sistema político possua um impacto no apoio ao regime político (1975). A este respeito, a literatura sugere que as instituições governamentais eficazes são essenciais para fomentar o apoio ao regime nos países democráticos, tal como a estabilidade política estimula o apoio ao regime (Anderson e Tverdova, 2003; Harmel e Robertson, 1986; Seligson e Carrión, 2002; Weil, 1989). Apesar da sua importância, são poucos os estudos que se debruçaram sobre a relação entre apoio específico e apoio difuso e, mais especificamente, sobre a importância explicativa do primeiro sobre o último (são exceções: Dahlberg, Linde e Holmberg, 2013; Evans e Whitefield, 1995; Ferrín e Kriesi, 2016; Linde, 2012; Magalhães, 2014). A razão pela qual esta relação não tem merecido a devida atenção deve-se ao facto de o apoio à democracia ser frequentemente visto como impermeável à performance do regime, quando, na realidade, a pesquisa demonstrou que a eficácia do sistema político é o fator de nível macro mais explicativo desse apoio (Magalhães, 2014).

A este respeito, argumenta-se que a eficácia é uma das condições básicas que sustentam a democracia e confere prestígio aos seus modelos de autoridade (Dahl, 1971, pp. 148-149; Lipset, 1959, p. 86). Por eficácia entende-se a performance de um sistema político, isto é, a capacidade de desempenhar as funções do sistema político, respondendo às demandas dos indivíduos que compõem a sociedade, pautada por “uma burocracia e um sistema de tomada de decisões eficientes” (Lipset, 1959, p. 86). Do mesmo modo, quando o sistema político não é capaz de resolver problemas estruturais, a legitimidade do regime é afetada (Dahl, 1971, pp. 148-149; Linz e Stepan, 1978, p. 54).

Esta linha de explicação do apoio ao regime apela a uma particular atenção aos aspetos da eficácia política do sistema relacionados com os bens económicos e não económicos providenciados pelo sistema político. A este respeito, a literatura tem explorado duas dimensões distintas. Por um lado, argumenta-se que os bens económicos são os mais importantes para a formação da opinião pública e, consequentemente, para o apoio à democracia. Por outro lado, alega-se que esse papel é, ao invés, desempenhado pelos bens não-económicos (Bratton e Mattes, 2001; Bratton et al., 2005; Bratton e Lewis, 2005; Evans e Whitefield, 1995; Gilley, 2006; Linz e Stepan, 1996; Whitefield e Evans, 1999). Por bens económicos entende-se, por exemplo, o emprego, o rendimento, bens patrimoniais e de consumo e diversos serviços sociais essenciais. Os bens não-económicos remetem para a ordem política, a segurança, a justiça, os direitos eleitorais, a igualdade perante a lei, a dignidade humana, a liberdade civil e o bem-estar (Bratton e Mattes, 2001; Bratton et al., 2005, p. 42; Pennock, 1966 p. 433). A este respeito, tem sido demonstrado que os indivíduos são capazes de distinguir o cabaz de bens económicos e o cabaz de bens não-económicos (Linz e Stepan, 1996, p. 442).

Desde os anos 60 até inícios de 2000, a investigação sobre a legitimidade democrática concentrou-se principalmente na explicação oferecida por fatores económicos (Gilley, 2006). Na base desta relação, argumenta-se que as atitudes políticas dos indivíduos decorrem do balanço entre as expectativas destes e a real experiência económica (Przeworski, 1991), apelando estes a um regime autoritário quando a democracia não fornece bens económicos de modo satisfatório (Elster, 1993 p. 271). Esta ideia não é,

porém, consensual. Há evidência que aponta para que a percepção negativa dos indivíduos sobre a eficácia da economia nacional não leve necessariamente ao decréscimo do apoio à democracia nas sociedades industriais mais avançadas (Dalton, 2004, p. 124). Ainda, estudos recentes têm dado preponderância aos fatores não económicos, em detrimento dos fatores económicos, na explicação do apoio político (Bratton e Mattes, 2001; Bratton et al., 2005; Bratton e Lewis, 2005; Evans e Whitefield, 1995; Linz e Stepan, 1996; Norris, 1999; Whitefield e Evans, 1999). Esta literatura sugere que o apoio ao regime nas novas democracias se deve à provisão de bens não-económicos (Bratton et al., 2005; Bratton e Lewis, 2005; Evans e Whitefield, 1995; Linz e Stepan, 1996).

Em suma, face à ambiguidade que prevalece quanto à explicação do apoio à democracia no que respeita à provisão de bens económicos versus não-económicos, a presente dissertação tem como primeiro objetivo aferir se a performance económica e não económica do governo influencia o apoio ao regime em duas novas democracias – CV e STP – e, de entre estas avaliações, qual a mais relevante. Esta distinção interessa para esta investigação, dado que se pretende analisar a performance do sistema político junto destes casos de modo compreensivo.

1.2.3. Tese da desconsolidação da democracia: Eventuais causas e tendências

Uma primeira menção à crise da democracia reporta aos anos 70 (pex. Crozier, Huntington e Watanuki, 1975). Este debate tem na sua raiz a proposta clássica de Schumpeter, que realça a ideia de que a prestação de serviços por parte do Estado influencia o apoio ao regime (Weil, 1989). Nesta ótica, os problemas inerentes ao funcionamento da democracia conduziram à perda de eficácia e legitimidade do regime democrático (Linz e Stepan, 1978, pp.75-77).

Ao rever a evidência empírica, concluiu-se que para além de não ter havido qualquer crise de legitimidade nas democracias da Europa Ocidental, é fortemente improvável tal ocorrer num futuro próximo, visto que é possível distinguir entre o compromisso normativo para com a democracia – o apoio difuso - e a avaliação da democracia na prática – o apoio específico (Evans e Whitefield, 1995; Fuchs e colegas, 1995, p. 323). Não obstante, a superação da ideia de uma crise da legitimidade democrática não parece estar ainda completamente superada, dado que continuam a surgir contributos que alertam para os perigos que a democracia liberal corre. O declínio do apoio ao regime democrático que se tem sentido em alguma democracia liberais deu lugar a previsões de uma eventual desconsolidação democrática (Foa e Mounk, 2016; 2017a; 2017b).

A crescente atração dos cidadãos por alternativas não-democráticas e por candidatos populistas, o fortalecimento do populismo de extrema-direita e a expansão eleitoral de partidos anti-sistema que põem em causa os valores democráticos são aspetos que têm também contribuído para a ideia de crescimento da rejeição da democracia enquanto regime preferencial (Foa e Mounk, 2016, p. 16, 2017a, p. 10; Kriesi, 2020; Mudde, 2021). Neste sentido, sugere-se uma decadência democrática, pautada por um declínio do apoio público às suas instituições, um aumento das críticas aos líderes políticos e uma menor aderência

aos valores democráticos, especialmente entre a geração mais jovem das democracias já consolidadas da Europa Ocidental e América do Norte.

Outros autores criticam e procuram desmistificar a ideia de uma desconsolidação democrática (Alexander e Welzel, 2017; Norris, 2017; Voeten, 2016), rejeitando esta tese e argumentando que se trata de um efeito de ciclo de vida e não geracional; i.e., de um questionamento da democracia que se relaciona com o estágio da vida – a juventude – e que será ultrapassado à medida que os indivíduos envelhecem. Para estes autores, não se trata, assim, de uma mudança estrutural/geracional, pelo que não está em causa a desconsolidação da democracia. Contudo, como já teoricamente explorado, a preservação de níveis baixos de apoio ao regime pode ser, efetivamente, um prenúncio de uma potencial crise do sistema democrático (Foa e Mounk, 2016; Stocker, 2016). Portanto, avaliar periodicamente o nível de apoio ao regime ajuda a perceber o quanto a democracia prevalece como o “único jogo na cidade”. Importa, por isso, continuar a avaliar o quanto os cidadãos apoiam as democracias, não apenas em termos da sua performance, mas também dos seus valores e princípios estruturantes e as respetivas consequências para estes regimes.

Esta breve secção é justificada pela necessidade de aferir como se encontra o apoio a este recente regime na esfera africana perante o pessimismo sobre a adesão a democracia. A presente investigação, ao olhar para a evolução decrescente do apoio à democracia em África (Mattes, 2019, pp. 10-11), não prognostica essa quebra como indicativa de um eventual retrocesso democrático. Ao invés, tem como um propósito estritamente descritivo contextualizar e analisar a oscilação do apoio difuso à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe através de uma análise longitudinal, que integra outras democracias africanas, classificadas como sendo “livres” pela Freedom House, cujos dados se encontram disponíveis no Afrobarómetro (1999 – 2019). São estas a África do Sul, Botsuana, Gana, Maurícia e Namíbia (Freedom House, 2022). Relativamente a Cabo Verde, tal como Maurícia e Botsuana, é considerado uma bandeira da democracia na esfera africana (The Economist Intelligence Democracy Index, 2021).

1.2.4. Instabilidade política, corrupção e apoio à democracia

No quadro da eficácia do funcionamento do sistema político, a instabilidade política é também encarada como explicativa do apoio à democracia (Przeworski, 1991, pp. 32-33). A instabilidade política refere-se à propensão e frequência do colapso político e à rotatividade da liderança (Veenendaal, 2021, p. 1333). Quanto maior a frequência destes, maior a instabilidade. No que respeita às suas consequências, a instabilidade política pode levar à fragmentação partidária (Linz, 1979; Weil, 1989, pp. 696-697) e à volatilidade eleitoral (Anderson, 1998; Lindberg 2007). O conflito entre o Presidente e o Governo conduz, frequentemente, a crises constitucionais e a um clima de instabilidade política sistemática (Linz, 1994). Ainda, a perceção dos indivíduos de que os governos são estáveis, isto é, de que não colapsam frequentemente, está associada ao apoio ao sistema político (Harmel e Robertson, 1986; Seligson e Carrión, 2002; Veenendaal, 2021; Wegscheider e Stark, 2020). Similarmente, a

desaprovação da atuação do governo e das políticas (instáveis) conduz ao enfraquecimento do apoio dos cidadãos ao regime democrático, propiciando a aceitação de uma alternativa não-democrática (Harmel e Robertson 1986; Seligson e Carrión 2002).

Conjunturas políticas instáveis afetam negativamente o apoio à democracia e também as avaliações dos indivíduos sobre a performance do sistema político democrático. Esta dissertação tem como segundo objetivo analisar o efeito da percepção da conflitualidade institucional enquanto fator explicativo do apoio à democracia. Espera-se que quando há uma maior percepção de conflitualidade institucional, o apoio à democracia seja menor.

Tal como a estabilidade política, também o nível de corrupção pode ser entendido como indicativo do nível de eficácia do funcionamento do sistema. A corrupção está em antítese com a justiça procedimental (Donovan e Karp, 2017, p. 23). Possui, por isso, uma relação antagónica com a democracia (Charron e Lapuente, 2012, p. 109), embora o seu efeito no apoio à democracia não seja claro na literatura (Collins e Gambrel, 2017). Por um lado, uma linha da pesquisa avança que o efeito da corrupção no apoio à democracia é menor comparativamente ao da avaliação da performance política (Collins e Gambrel, 2017). No entanto, um conjunto de investigadores ressalta a sua importância (Linde, 2012; Quaranta e Martini, 2016; van der Meer, 2010), enfatizando que a corrupção prejudica o apoio ao regime democrático através dos seus efeitos negativos na economia e na confiança no governo (Collins e Gambrel, 2017; Hakhverdian e Mayne, 2012; Kang e Zhu, 2021). Para além disso, esta variável outrora ignorada pelos cientistas políticos (Anderson e Tverdova, 2003; Linde, 2012), não só prejudica a qualidade do governo (Kang e Zhu, 2021), como também a eficácia das respostas às exigências políticas dos cidadãos (Hakhverdian e Mayne, 2012). Atualmente, ao minar as normas e instituições democráticas (Collins e Gambrel, 2017) e a eficácia do funcionamento das instituições democráticas (Collins e Gambrel, 2017; Hakhverdian e Mayne, 2012), a corrupção é entendida como uma ameaça para novas democracias (Linde, 2012). Isto porque, quanto maior for a corrupção, menor será o apoio ao regime democrático e, conseqüentemente, menor será a probabilidade de rejeição de alternativas não democráticas (Rose, Mishler e Haerpfer 1998, p. 188). Ao contemplar a variável em questão como uma variável-chave da relação entre a eficácia do sistema político e o apoio à democracia, esta dissertação tem como terceiro objetivo seguinte analisar o efeito da percepção da corrupção no apoio ao regime. É expectável que quando há maior percepção de corrupção, o apoio à democracia seja menor.

Ainda no registo destas variáveis, quando se conjugam os dois argumentos negativos ao nível dos indivíduos, espera-se que o impacto negativo seja reforçado. Isto é, quando há instabilidade e corrupção, o efeito das avaliações negativas sobre o desempenho do governo reforça a rejeição da democracia. Tal suposição é colocada dado que a instabilidade política, especificamente governativa, e a corrupção oferecem um contexto em que, presumivelmente, os indivíduos tenderão a mostrar-se mais avessos a validar a democracia. Neste sentido, o quarto objetivo desta investigação passa por ponderar em que medida a instabilidade e corrupção potenciam a relação entre as avaliações políticas dos cidadãos e o apoio à democracia.

Ao nível do funcionamento geral do sistema político, a instabilidade política e a corrupção, quando operacionalizados a nível macro, são duas características chaves que diferenciam os dois casos no que diz respeito ao sistema democrático. O principal indicador de corrupção existente – o Transparência Internacional – coloca Cabo Verde como sendo um dos 40 países menos corruptos no mundo (39ª posição) (Transparência Internacional, 2021). Já São Tomé e Príncipe situa-se na 66ª posição nesse ranking. Estes são, por isso, dois casos bastante distintos quanto ao nível de corrupção. Neste sentido, torna-se crucial aferir de que forma a eficácia do sistema afeta o apoio à democracia. Este é o quinto objetivo ao qual esta investigação pretende alcançar. Tendo a revisão literária como pano de fundo, espera-se que quanto maior for a eficácia efetiva do sistema político, maior será o apoio dos cidadãos ao regime democrático.

Ainda, através da comparação destes dois países que são iguais em muitos aspetos e diferentes em relação a características macro que a literatura reconhece serem relevantes no apoio à democracia, importa perceber quando os indivíduos estão insatisfeitos, será que o facto de viverem num país com um sistema politicamente ineficaz reforça o efeito das avaliações negativas da performance, da perceção da elevada conflitualidade institucional e da forte perceção da corrupção no apoio à democracia? Espera-se que o apoio à democracia num sistema efetivamente eficaz seja superior do que num sistema marcado pela ineficácia política. Este é o sexto e último objetivo que guia esta dissertação.

Como antes demonstrado, o apoio difuso à democracia tem sido testado globalmente e, hodiernamente, existem várias explicações válidas. A presente investigação, apoiando-se teoricamente em Easton (1965, 1975), procura validar no contexto africano a premissa de que existe uma relação causal entre a eficácia do sistema político e o apoio difuso à democracia, em que o último é explicado pela primeira. Recentemente, esta relação foi recuperada e empiricamente testada, revelando que a eficácia do sistema político, definida como a qualidade da formulação e implementação de políticas, está ligada a níveis mais elevados de apoio e preferência pela democracia (Magalhães, 2013, 2014). Esta dissertação visa replicar este teste e, embora comparando apenas dois casos, procura explorar de forma alargada os aspetos micro e macro que possam explicar o apoio ao regime.

Ao longo deste subcapítulo salientaram-se as contribuições teóricas mais significativas na literatura sobre o apoio difuso ao regime democrático, e que servem de base à análise empírica a desenvolver nesta dissertação. No subcapítulo seguinte, procede-se a uma sistematização da pesquisa sobre os principais fatores explicativos do apoio ao regime democrático no contexto africano.

1.3. Fatores explicativos do apoio ao regime democrático em África: Hipóteses

Conforme exposto no subcapítulo anterior, a pesquisa sobre o apoio difuso tem estado essencialmente focada em casos ocidentais (por exemplo: Anderson, 1998; Fuchs, Guidorossi e Svensson, 1995; Mishler e Rose, 1996; Tóka, 1995). Pouca atenção tem sido prestada a casos fora deste âmbito geográfico, em particular a novas democracias e a pequenos Estados (Doorenspleet, 2012; Veenendaal, 2021; Veenendaal e Corbett, 2015). Tal implica que o panorama africano tem sido negligenciado no estudo deste tópico. A maioria dos países africanos possui ainda um regime híbrido, i.e., a generalidade dos sistemas políticos encontra-se algures entre a democracia e a ditadura (Afolabi, 2017, p. 20). Talvez por isso, muita da investigação sobre o apoio difuso tenha sido concebida de uma forma bastante incipiente. Em consequência, os resultados são relativamente poucos (Bratton et al., 2005). Apesar de escassa, existe alguma pesquisa que ajuda a enquadrar o estudo sobre o apoio à democracia em países africanos. O propósito do presente subcapítulo é sistematizar esta pesquisa prévia, de modo a enquadrar as hipóteses da presente investigação.

Em África têm sido testadas duas linhas teóricas explicativas do apoio à democracia. A primeira indica que a preferência pela democracia é guiada pelo conhecimento dos cidadãos sobre os assuntos públicos (Bratton et al., 2005; ver também Mattes e Bratton, 2007). A este respeito, foi demonstrado que os cidadãos africanos que se expõem à informação veiculada pelos meios de comunicação (como por exemplo, sobre as nomeações de candidatos, o funcionamento dos sistemas eleitorais e sobre os debates parlamentares) possuem conhecimentos básicos sobre os seus líderes políticos e são mais propensos a apoiar a democracia (Evans e Rose, 2007a, 2007b; Mattes e Bratton, 2007; Mattes e Mughogho, 2009).

A segunda linha explicativa indica que as atitudes democráticas dos indivíduos em África são especialmente determinadas pelas avaliações que fazem da performance do governo. Em consonância com a teoria institucional, esta linha da literatura sugere que os cidadãos africanos pensam de forma instrumental e pragmática, apoiando o regime democrático quando consideram que o governo é eficaz na concessão de bens e serviços de que necessitam e desejam (Ake, 1996; Bratton e Mattes, 2001; Bratton et al., 2005). Isto é, as atitudes políticas dos indivíduos aparentam ser essencialmente determinadas pela satisfação das suas exigências materiais, das quais sobressai a melhoria do padrão de vida. A título de exemplo, ao procurar identificar os determinantes do apoio à democracia na Nigéria (Bratton e Lewis, 2005), assim como na África do Sul, no Gana e na Zâmbia (Bratton e Mattes, 2001), verificou-se que a oscilação nos níveis de apoio se deveu, sobretudo, à concessão de um conjunto de bens imateriais, tais como a criação de emprego e a garantia de um conjunto de elementos básicos de carácter social, como a manutenção da paz, as liberdades civis, os direitos políticos, a dignidade humana e a igualdade perante a lei.

Também no sudeste asiático se identificaram entre os fatores explicativos do apoio à democracia, as avaliações dos cidadãos em relação a diversos aspetos do funcionamento do governo, tais como: a atuação dos governos nas áreas relativas à economia, a prestação de serviços públicos, a aplicação da lei e da ordem e também as respostas do governo às necessidades dos seus cidadãos (Chang, Chu e Welsh, 2013, p. 153-154). Estas conclusões corroboram a ideia de que, de facto, a eficácia do sistema político pode ser um dos fatores mais poderosos na explicação do apoio à democracia mesmo em contexto não ocidental.

Apesar de esta relação ter sido identificada há mais de duas décadas, em África, até hoje, apenas foram realizados alguns estudos de caso (ver: Bratton et al, 2005; Mattes, Bratton, Davids e Africa, 2000; Mattes e Bratton, 2003). Não se observam estudos comparativos relevantes sobre a mesma, designadamente, que comportem a comparação entre os dois arquipélagos aqui em análise. É, por isso, relevante testar esta relação comparativamente nestes pequenos Estados insulares africanos. Assim, espera-se que suceda nestes dois países o mesmo que foi demonstrado em outros países africanos; isto é, que os cidadãos cabo-verdianos e são-tomenses apoiem a democracia com base na avaliação da performance económica e não económica do governo, independentemente das características específicas dos respetivos sistemas políticos. A primeira hipótese é, deste modo, a seguinte:

H1: Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, quanto mais favoráveis forem as avaliações sobre a performance do governo - económica e não económica -, maior será o apoio difuso à democracia.

Ainda, de entre a pesquisa que tem reiterado a prevalência de uma relação positiva entre a eficácia do sistema político e o apoio à democracia, apesar de se reconhecer a importância explicativa de variáveis como a instabilidade política, esta não foi ainda devidamente explorada em contexto africano. Esta é, porém, reconhecida como particularmente relevante na explicação do apoio ao regime neste contexto (Bratton et al., 2005; Fernandez e Kuenzi, 2010). Dado que grande parte dos países que compõem o continente africano ter experienciado algum nível de instabilidade política após a independência (Bratton et al., 2005), é importante observar o efeito desta variável no apoio à democracia. Logo, a estabilidade dos regimes democráticos, e também das suas instituições, do continente têm sido debatidas e analisadas por cientistas políticos (Fernandez e Kuenzi, 2010). Por exemplo, um estudo com base em 20 países da África Subsariana em 2008/2009 concluiu que à medida que o nível de estabilidade política aumenta, intensifica-se também o apoio à democracia (Konte, 2016). STP é um país notório pelas suas constantes quedas do executivo, pelo personalismo político, por possuir um sistema partidário instável, entre outros aspetos, como veremos mais adiante, no segundo capítulo. A expectativa é, por isso, que face à perceção de elevada instabilidade política, o apoio dos cidadãos à democracia em CV e STP seja menor. Esta comparação suscita a expectativa de que há menor apoio em São Tomé e Príncipe por comparação a Cabo Verde. Nesse sentido prevê-se que:

H2: *Quanto maior a percepção de conflitualidade institucional, menor o apoio dos cidadãos à democracia; e quanto menor a percepção de conflitualidade institucional, maior o apoio à democracia.*

Outro dos elementos centrais quanto à eficácia de um sistema político cujos efeitos no apoio à democracia importa testar é a corrupção. A corrupção afeta a legitimidade política e, conseqüentemente, a governação eficaz (Bratton et al., 2005, p. 233). As conclusões obtidas no estudo sobre a corrupção e o apoio à democracia no Gana, África do Sul e Zâmbia atrás mencionado (rondas 1 e 2 do Afrobarómetro - 1999/2001-2002/2003), revelam que a percepção de corrupção afeta negativamente o apoio à democracia nestes três países africanos (Bratton e Mattes, 2001). Deste modo, espera-se que também para os estudos de caso a que reporta a presente pesquisa, mediante a percepção de elevada corrupção, o apoio à democracia seja menor. As percepções dos indivíduos sobre a existência de corrupção no país podem comprometer o apoio dos cidadãos ao regime (Linde, 2012). Dado que a corrupção prejudica o apoio à democracia (Collins e Gambrel, 2017; Hakhverdian e Mayne, 2012; Kang e Zhu, 2021), espera-se que perante uma forte percepção de corrupção, os indivíduos não apoiem o regime democrático. Posto isto, é expectável que:

H3: *Quanto maior a percepção sobre a existência de corrupção no país, menor o apoio dos cidadãos à democracia; e quanto menor a percepção sobre a existência de corrupção no país, maior o apoio dos cidadãos à democracia.*

À luz da literatura revista, é legítima a expectativa de que quando se conciliam avaliações negativas sobre a performance à percepção de que há problemas no funcionamento do regime, menor será o apoio à democracia. Esta suposição deve-se ao facto da instabilidade e corrupção darem lugar para que os cidadãos se tornem menos propícios a apoiar o regime democrático. Neste sentido, é expectável que quando as avaliações sobre o desempenho do governo são negativas, quando há instabilidade e corrupção, a rejeição da democracia seja reforçada. Posto isto, tona-se essencial averiguar o papel mediador da percepção da conflitualidade institucional e da corrupção no efeito da avaliação da performance do governo no apoio à democracia em ambos arquipélagos. Nesse sentido prevê-se que:

H4: *É expectável que as avaliações negativas sobre a performance do governo acentuem mais a rejeição da democracia quando a instabilidade e corrupção são percecionadas como mais elevadas, por comparação a quando são percecionadas como mais baixas.*

Com base na ideia de que a eficácia do sistema político é o fator de nível macro mais explicativo do apoio difuso à democracia (Magalhães, 2014), esta dissertação debruça-se também sobre esta relação de forma a aferir se é, de facto, o irregular funcionamento do sistema político, mais do que as avaliações e perceções dos cidadãos sobre o mesmo, o que está a afetar o apoio à democracia. A expectativa é que o apoio ao regime democrático será menor quando o sistema político é considerado mais ineficaz politicamente – STP – por comparação a quando é considerado politicamente mais eficaz (Anderson e Tverdova, 2003; Harmel e Robertson, 1986; Seligson e Carrión, 2002; Weil, 1989). Deste modo, operacionaliza-se neste caso a eficácia efetiva do sistema político, a nível macro, comparando para tal os dois casos de estudos. Por outras palavras, importa aferir em que medida é que o facto de institucionalmente haver constrangimentos no que respeita à estabilidade governativa e de a corrupção ser prevaemente no plano político poderão afetar negativamente o apoio à democracia. Em consequência, prevê-se que:

H5: Quanto maior a ineficácia efetiva do sistema político (São Tomé e Príncipe), menor o apoio dos cidadãos à democracia; e quanto maior a eficácia efetiva do sistema político (Cabo Verde), maior o apoio dos cidadãos à democracia.

Por fim, ao analisar os efeitos da eficácia efetiva do sistema político, importa perceber se o facto de se viver num país mais instável e corrupto (STP) reforça negativamente o efeito das avaliações e perceções políticas (negativas) dos indivíduos, acentuando o decréscimo no apoio à democracia. Isto é, será que o facto de STP ser mais instável a nível macro interrelaciona-se com as perceções políticas dos indivíduos no apoio ao regime? É expectável que quando se tratar de um caso marcado pela ineficácia do sistema político a nível macro haja um reforço do efeito negativo das perceções dos indivíduos a nível micro sobre a performance governamental, conflitualidade institucional e corrupção no apoio à democracia. Espera-se que esta relação seja no sentido inverso, de reforço ao apoio ao regime democrático, no que respeita a CV, visto que este é um país tido como estável a nível macro e pouco corrupto e mais estável em termos micro (para corrupção, ver: Harmel e Robertson, 1986; Seligson e Carrión, 2002; Veenendaal, 2021; para instabilidade, ver: Harmel e Robertson, 1986; Przeworski, 1991, pp. 32-33; Seligson e Carrión, 2002; Veenendaal, 2021). A sexta e última hipótese é, deste modo, a seguinte:

H6: Espera-se que a eficácia efetiva do sistema político produza um reforço do efeito das avaliações (sobre a performance governamental) e das perceções (sobre a conflitualidade institucional e a corrupção) dos indivíduos no apoio à democracia – o reforço é expectavelmente negativo para STP e positivo para CV.

CAPÍTULO 2

Casos de estudo: Contexto político de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Existe uma pequena, mas crescente literatura que afirma que Estados de pequena dimensão são mais propensos a serem politicamente eficazes (Armstrong e Read, 1998, p. 570), assim como mais propícios à democratização e, uma vez democráticos, têm maior capacidade de manter esse sistema (Anckar, 2020; Sanches, 2020b; Veenendaal & Corbett, 2020). Por pequenos Estados entendem-se países cuja população é inferior a 1,5 milhões de habitantes, cabendo nesta categoria tanto CV como STP (Sanches e Seibert, 2020). A democracia tende a ser ainda mais favorecida em pequenos Estados insulares visto que há um conjunto de condições geográficas, sociais, políticas e económicas que facilitam o seu desenvolvimento (Sanches & Seibert, 2020). A título de exemplo, pode-se apontar para o elevado grau de homogeneidade étnica, religiosa, linguística e cultural e de coesão social, assim como para o forte sentimento de identidade como características de pequenos Estados (Armstrong e Read, 1998, p. 570; Sanches e Seibert, 2020; Veenendaal e Corbett, 2020). Um outro traço fundamental destes países é o facto de tendencialmente possuírem um ambiente fértil para o crescimento económico, fomentado pela eficácia das suas instituições políticas (Armstrong e Read, 1998, p. 570).

Deste modo, optou-se pela comparação entre CV e STP, em parte, em virtude da sua condição de pequenos Estados insulares. Existem também outras características que tornam estes dois casos comparáveis, conforme se pode observar mais adiante neste capítulo. As semelhanças que partilham leva a que haja boas razões para supor que a variação que se vier a observar nos níveis de apoio à democracia entre ambos os países derive sobretudo de características sistémicas que não lhes são comuns, neste caso, das diferenças nos níveis de eficácia do sistema político entre ambos.

Este segundo capítulo faz a caracterização dos sistemas políticos destes dois Estados insulares africanos, que constituem os casos em que se apoia a presente pesquisa. Para além disso, indica em que aspetos estes dois países diferem, de modo a evidenciar como os dois arquipélagos representam lados opostos da teoria “pequeno é belo”.

2.1. Cabo Verde

Depois de 500 anos sob o domínio colonial português (Sanches e Seibert, 2020), CV tornou-se independente em 1975, sob a liderança do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Com a independência instituiu-se um governo de partido único (Ames, Renno e Rodrigues, 2003) e nos finais dos anos de 1980 sentiram-se os ventos da liberalização (Sanches, 2017; Sanches 2020b). A decisão de se proceder à liberalização política foi, possivelmente, uma resposta às pressões dos setores renovadores do regime, à crise económica em que se vivia e a outras crises que fragilizaram a unidade no seio do partido (Sanches, 2017, 2020b). As discrepâncias no cerne do partido binacional traduziram-se no golpe militar de 1980 na Guiné-Bissau. Na sequência deste golpe, procedeu-se à

desunificação do antigo PAIGC e os cabo-verdianos do partido fundaram o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) (Ames et al., 2003; Sanches, 2017).

No contexto das eleições de 1985, os líderes políticos do PAICV viram-se compelidos a abrir mão do governo de partido único, dando origem a um pacto entre as suas elites e as elites da nova oposição – do Movimento para a Democracia (MpD) –, fundada por jovens estudantes, intelectuais e dissidentes descontentes do regime autoritário (Ames et al., 2003; Sanches, 2017; Sanches, 2020a; Sanches, 2020b; Sanches e Seibert, 2020). Consequentemente, em 1990 procedeu-se à alteração da Constituição com vista à abertura do sistema político ao multipartidarismo (Ames et al., 2003).

Apesar dos esforços e da legitimidade histórica do PAICV, que apelou à estabilidade e ao facto de que “Nu ca cré aventura”¹, o recém-nascido MpD viu-se como vencedor das primeiras eleições multipartidárias, realizadas em Janeiro de 1991 (Ames et al., 2003; Sanches, 2020a; Sanches, 2020b; Sanches e Seibert, 2020). Hodiernamente, as eleições neste pequeno Estado insular mantêm-se regulares, livres, justas e transparentes, tanto no quadro presidencial, como nos parlamentares e nos municipais (Sanches e Seibert, 2020). Um outro aspeto a sublinhar é que os governos em CV se mantêm sempre estáveis e eficazes, com alternância entre dois partidos – PAICV e MpD (Sanches e Seibert, 2020). O governo unificado é um traço característico da política cabo-verdiana, no qual o Presidente é eleito pelo partido vencedor das eleições parlamentares (Sanches e Seibert, 2020). É precisamente por estas características que este país comprova que o pequeno é definitivamente belo – a estabilidade do sistema partidário, a relação harmoniosa que existe entre o Presidente e o Primeiro-Ministro e a aceitação das regras do jogo mostram-se relevantes para este argumento (Sanches e Seibert, 2020).

2.2. São Tomé e Príncipe

Tal como CV, STP conquistou a sua independência de Portugal em 1975. A conjuntura pós-independência levou a que o país, governado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) se tornasse um Estado socialista de partido único entre 1975 e 1990 (Sanches e Seibert, 2020). As pressões por parte de renovadores do partido, a crise económica e as crises constantes devido ao personalismo político, marcaram o início da transição para a democracia (Sanches, 2017; 2020a). Adicionalmente, as lutas de poder internas e o aumento de medidas autoritárias por parte do Presidente Pinto da Costa fomentaram a erosão da legitimidade do regime (Sanches, 2017). Em 1984, foram introduzidas medidas de liberalização política pelo MLSTP (Sanches, 2017; Sanches, 2020a). Durante este processo, com vista a dismantelar o monopólio do poder e a promover a participação da sociedade civil na esfera política, foi introduzido o princípio geral da “Política de Envolvimento dos Cidadãos” nos processos de tomada de decisão no texto constitucional (Sanches, 2020a; Sanches, 2020b). O resultado desta medida traduziu-se na intensificação das divisões dentro do partido. Em agosto de 1990, uma Constituição multipartidária viria a ser aprovada, possibilitando a formação de diversos partidos

¹ Minha tradução: Não queremos aventura.

políticos, (Sanches, 2017; 2020a; 2020b). Desse momento em diante, mais de 20 partidos políticos foram criados.

À semelhança de CV, a transição em STP foi negociada pacificamente ao nível das elites (Sanches, 2017). Apesar das similitudes que partilha com CV, o sistema político de STP difere deste sob diversas perspetivas. Um aspeto particularmente relevante na democracia são-tomense reporta às constantes quedas dos executivos. O facto de frequentemente o Presidente e o Primeiro-Ministro serem de partidos diferentes favorece a instabilidade política que se observa no país (Sanches e Seibert, 2020). No espaço temporal de 21 anos – desde 1991 até 2012 - o país teve dezassete governos diferentes. Ocorreram ainda dois golpes de Estado, em 1995 e em 2003, e cinco Primeiros-Ministros foram demitidos até 2004. Durante o seu mandato, o ex-Presidente Fradique Menezes demitiu nove governos até 2010 (Gomes, 2020) e, desde então, apenas um Primeiro-Ministro foi demitido, tornando, neste caso, possível o cumprimento do mandato até ao fim². Com o intuito de controlar a conflitualidade institucional, em 2006 foi realizada uma revisão constitucional que limita os poderes do Presidente e reforça os do Parlamento (Sanches e Seibert, 2020).

Contrariamente a CV, STP é ainda marcado pela prevalência do personalismo e por um sistema partidário instável. Para além disso, atualmente, as performances administrativa e económica têm sido minadas pela cultura política do país, marcada por políticas personalizadas, relações neo-patrimoniais, redes clientelísticas, corrupção e *rent-seeking*³ (Sanches e Seibert, 2020). Deste modo, é importante comparar estes dois casos que, embora pequenos e com expectativas positivas quanto ao apoio ao regime, um deles denota características que suscitam dúvidas quanto à corroboração da tese relativa ao “pequeno é belo”. Tendo em conta a eficácia do funcionamento do sistema político, visa-se nesta pesquisa testar a relação causal entre esta e o apoio difuso à democracia nestes dois arquipélagos africanos. Ademais, visa-se aferir a medida em que os efeitos das avaliações e das perceções no apoio ao regime democrático são reforçados eficácia do sistema político.

2.3. Critérios para a seleção dos casos de estudo

Por um lado, a seleção dos países sob análise apoia-se nas comunalidades que se observam nos dois casos africanos: um passado colonial semelhante, diversidade étnica, religiosa e linguística ténue, ausência de conflito armado durante o rumo à independência, partidos únicos que conduziram à liberalização política e, finalmente, estes são os únicos países lusófonos africanos nos quais os partidos incumbentes foram substituídos pela oposição após as primeiras eleições multipartidárias (Sanches,

² Recentemente, houve uma tentativa de golpe de Estado em São Tomé e Príncipe, alegadamente, a mandato do ex-Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (Jornal de Notícias, 2022). Fonte: <https://www.jn.pt/mundo/tentativa-de-golpe-em-sao-tome-ex-Presidente-do-parlamento-detido-15386665.html>

³ *Rent-seeking* é o termo que designa o ato de políticos se envolverem em atividades com vista a obtenção ganhos próprios e não para a sociedade como um todo.

2017). Por outro lado, é possível constatar a existência de diferenças substanciais, em particular, a respeito do nível da instabilidade política e do nível de corrupção (Sanches e Seibert, 2020).

A análise comparativa consiste em averiguar se a validade de uma determinada generalização feita se mantém consistente em todos os casos em que é aplicada, i.e., verificar a sua falsidade ou veracidade com o intuito de compreender, explicar e interpretar (Sartori, 1991, p. 244). Para certos autores, a melhor estratégia de comparação é com base em casos mais similares (Przeworski e Teune 1970, p. 32). Dessarte, a presente investigação visa um estudo comparativo baseado em casos mais semelhantes, optando por dois sistemas tão similares quanto possível. Ao escolher estes dois casos, de facto controlam-se muitas variáveis, inclusive a dimensão do estado, deixando apenas variar as variáveis de maior interesse. Este estudo permite descartar enquanto explicativas as variáveis que são comuns, isolando e observando o efeito das variáveis explicativas em que mais se distinguem (Przeworski e Teune, 1970, pp. 31-39; Sartori, 1991, p.250), que no presente caso respeitam ao nível de corrupção e de instabilidade política.

CAPÍTULO 3

Enquadramento metodológico

O presente capítulo trata do enquadramento metodológico desta investigação. Esta inscreve-se nas metodologias habituais do estudo do apoio difuso aos sistemas políticos, desenvolvendo um estudo quantitativo. Baseia-se em dados secundários de cariz micro e macro, resultantes dos inquéritos administrados pelo Afrobarómetro para responder às questões de investigação e proceder ao teste das hipóteses. Num primeiro momento deste capítulo será apresentado o método pelo qual se optou para desenvolver a análise, assim como o lapso temporal. De seguida, serão apresentadas e operacionalizadas as variáveis em análise e, para terminar, explica-se como se procederá quanto à análise de dados.

3.1. Justificação do período temporal em análise

Atendendo ao facto de a análise contemplar um primeiro momento descritivo dos níveis do apoio difuso, o lapso temporal deste é definido em função dos dados disponíveis para as sete democracias africanas classificadas como sendo livres pela Freedom House (África do Sul, Botsuana, Cabo Verde, Gana, Maurícia, Namíbia e São Tomé e Príncipe), compreendendo um período que se estende entre 1999 e 2019. Apesar da limitação dos dados disponíveis relativamente aos países seleccionados, é possível enquadrar esta análise descritiva longitudinal comparativa ao longo de 20 anos, contextualizando, desta forma, os dois casos de estudo no panorama africano.

De modo a responder aos demais seis objetivos estritamente relativos a CV e STP apontados ao longo do capítulo teórico e relativos aos efeitos da eficácia do sistema político no apoio à democracia, a análise suporta-se em dados do Afrobarómetro de 2016/2018 (ronda 7) para ambos os países.

3.2. Operacionalização

Variáveis dependentes

As variáveis dependentes desta investigação são o apoio à democracia e o apoio ao autoritarismo. De modo a não capturar simplesmente o apoio à democracia “da boca para fora” (Inglehart e Norris, 2003, p. 66), à semelhança de outros estudos (Bratton e Mattes, 2001; Bratton et al. 2005; Dalton & Ong 2005; Klingemann, 1999; Tusicisny, 2007), para medir o apoio difuso optamos pelo suporte em duas variáveis. Uma delas baseia-se em questões relativas ao apoio explícito à democracia e outra em questões que concernem à aprovação de alternativas autoritárias.

A variável apoio à democracia foi construída com base na questão “Qual destas três declarações está mais próxima da sua opinião pessoal? 1) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; 2) Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível; 3) Para uma pessoa como eu, não importa o tipo de governo que se tem”. Procedeu-se à recodificação da variável como dicotómica, do seguinte modo: 1 = apoio à democracia (declaração 3) e 0 = rejeição da democracia (declarações 1 e 2).

A variável que mede o apoio ao autoritarismo foi construída com base na seguinte questão: “Há várias maneiras de governar um país. Você desaprovava ou aprovava as seguintes alternativas? a) Apenas um partido político é autorizado a concorrer em eleições e a governar; b) O exército governa o país; c) As Eleições e a Assembleia Nacional são extintas para que o Primeiro-Ministro decida tudo”. A escala da questão é ordinal, variando entre 1 (desaprovo fortemente) e 5 (aprovo fortemente). De modo a poder comparar os resultados desta análise com a do apoio à democracia, optou-se pela sua recodificação em dois grupos, pondo em evidência os dois polos opostos. De um lado, encontram-se os indivíduos que desaprovam fortemente ou desaprovam qualquer uma das alternativas (codificados como 0 – rejeição autoritarismo) e, do outro lado, situam-se os indivíduos que aprovam as três ou qualquer uma das alternativas (codificados como 1 – apoio ao autoritarismo). Visto que ambas as variáveis dependentes foram recodificadas como dicotómicas, serão conduzidas análises por regressão logística, de modo a testar as hipóteses desta dissertação.

Variáveis independentes

As variáveis independentes reportam à eficácia do sistema político e arrumam-se em três conjuntos: a avaliação da performance económica e não económica do governo, a perceção da instabilidade política e, por fim, a perceção da corrupção. Estas serão explicitadas, caso a caso, em seguida.

Avaliação da performance governamental: económica e não económica

Este primeiro conjunto de variáveis remete para a avaliação da performance governamental, ramificada por duas áreas políticas: a económica e a não económica. Consideramos os assuntos estritamente económicos na primeira dimensão, tal como a literatura geral tem privilegiado, e numa outra dimensão consideramos assuntos não estritamente económicos, relativos a outras áreas políticas, mas que em

alguns casos são de natureza socioeconómica. Esta é uma operacionalização comum na literatura (Bratton e Lewis, 2005; Evans e Whitefield, 1995; Linz e Stepan, 1996).

Para operacionalizar a performance económica, utilizam-se quatro variáveis: a situação económica atual do indivíduo (avaliação egotrópica –questão: “Em geral, como é que descreveria as suas próprias condições de vida atuais? 1) Muito más; 2) Más; 3) Nem boas nem más; 4) Boas; 5) Muito boas”), a situação económica nacional atual (avaliação sociotrópica –questão: “Em geral, como descreveria: As atuais condições económicas deste país? 1) Muito más; 2) Más; 3) Nem boas nem más; 4) Boas; 5) Muito boas”), a situação económica nacional por comparação há 12 meses (avaliação retrospectiva sociotrópica –questão: “Olhando para o passado, e comparando com há doze meses atrás, como você avalia as condições económicas no país? 1) Muito pior; 2) Pior; 3) Na mesma; 4) Melhor; 5) Muito melhor”) e, finalmente, a avaliação da performance económica sectorial do governo (questão: “Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores? Gerir a economia: 1) Muito mal, 2) Mal, 3) Bem; 4) Muito bem”). Estas variáveis entram nos modelos com as suas escalas originais, em que o 1 representa a avaliação mais negativa e o 5, a mais positiva, com exceção da última, que varia entre 1 e 4 (1 representa a avaliação mais negativa e o 4, a mais positiva).

As avaliações da performance não económica do governo apoiam-se na apreciação que os indivíduos fazem da atuação governamental quanto aos seguintes aspetos: melhoria das condições de vida, criação de emprego, combate ao crime, providência de serviços de saúde e satisfação das necessidades educacionais dos cidadãos. Esta variável compósita corresponde a um índice aditivo suportado pela soma das seguintes variáveis: “Até que ponto acha que o atual governo está a gerir bem ou mal os seguintes sectores? B. Melhorar as condições de vida dos pobres; C. Criar empregos; F. Reduzir o crime; G. Melhorar os serviços básicos de Saúde; H. Resolver as necessidades de Educação.

1) Muito mal; 2) Mal; 3) Bem; 4) Muito bem”. Através do cálculo do alpha de Cronbach ($\alpha = 0,773$), verificou-se que o seu valor é aceitável, indicando que estas variáveis medem o mesmo construto. Este índice aditivo varia entre 5 e 20, sendo que 5 indica que o governo está a atuar muito mal e 20 indica que o governo está a atuar muito bem.

Perceção da instabilidade política

A variável independente que remete para o nível de instabilidade política é operacionalizada ao nível micro, mediante as perceções do nível de conflitualidade institucional. Esta variável compósita contemplou a integração das três variáveis seguintes: “Na sua opinião, quantas vezes, neste país: A) A rivalidade entre partidos políticos leva a conflitos violentos? B) Presidente ignora os tribunais e as leis do país? C) O Presidente ignora a Assembleia Nacional e só faz aquilo que quer? 0) Nunca; 1) Raramente; 2) Frequentemente; 3) Sempre”. O teste de consistência entre as variáveis alpha de Cronbach mostrou que uma variável (A) penalizava o seu valor ($\alpha = 0,621$), tendo sido, por isso, removida. O novo índice com as variáveis B) e C) ($\alpha = 0,789$) varia entre 0 e 6, sendo que 0 indica a perceção da ausência

de conflitualidade institucional e 6 corresponde ao valor mais elevado da perceção de conflitualidade institucional.

Perceção da corrupção

Esta variável respeita às perceções dos indivíduos sobre o envolvimento de políticos em atos de corrupção. Esta é também uma variável composta suportada pelas seguintes variáveis “Quantas das seguintes pessoas você acha que estão envolvidas em corrupção? A. O Presidente e funcionários do seu gabinete; B. O Primeiro-Ministro e funcionários do seu gabinete; C. Membros da Assembleia Nacional; D. Funcionários públicos. Escala: 0) Nenhum; 1) Alguns deles; 2) A maioria deles; 3) Todos eles”. Este índice aditivo detém elevada consistência interna ($\alpha = 0,888$), e varia entre 0 e 12, sendo que 0 revela a perceção de que nenhum dos políticos mencionados na questão está envolvido em casos de corrupção e 12 que todos os políticos mencionados estão envolvidos em corrupção.

Eficácia efetiva do sistema político

A aferição da estabilidade política a nível macro no país é medida com base numa variável dummy, a eficácia efetiva do sistema político, em que o caso de Cabo Verde corresponde a um sistema político eficaz (=0) e São Tomé e Príncipe corresponde a um sistema político ineficaz (=1). Esta dicotomização tem ampla cobertura na literatura (Sulitzeanu-Kenan e Halperin, 2013) e reflete as características evidenciadas pelos sistemas políticos de cada país, como antes explanado.

Controlos

A análise explicativa inclui diversas variáveis de controlo ao nível individual cujos efeitos têm sido apontados como relevantes pela literatura: a identificação com o partido no governo, a discussão de assuntos políticos, a exposição aos meios de comunicação e a idade e educação. A literatura tem reiterado a importância da identificação com o partido no governo (Anderson e Guillory, 1997; Anderson e Tverdova, 2001; Campbell, 2013; Claassen, Martinez, Gainous & Kane, 2006; Dahlberg e Linde, 2016; Dahlberg e Linde, 2017) e tem concedido alguma relevância ao interesse pela política (Alverne, 2022; Mattes e Bratton, 2007) como fatores que moldam a adesão à democracia. Ademais, um crescente número de estudos tem indicado a idade (Mishler e Rose, 2001a) e a educação (Bobo e Licari, 1989; Bratton e Mattes, 2000; Evans e Rose, 2006, 2007; Gibson, Duch e Tedin, 1992; Lipset, 1959, 1995; Reisinger, Miller, Hesli e Maher, 1994; Rose, 2002) como fatores explicativos do apoio ao regime democrático. A justificação teórica mais detalhada para a escolha de cada uma destas variáveis, e respetiva medição, são desenvolvidas no Anexo A. Optou-se por esta solução em virtude do número de variáveis envolvidas na nossa análise e da limitação de espaço da dissertação.

3.3. Opções da análise de dados

A análise dos dados empíricos processa-se em duas fases. Primeiro, na análise descritiva contextualiza-se o apoio à democracia em CV e STP através de uma análise longitudinal, que integra outras democracias africanas. Ainda neste plano, caracterizaremos brevemente, neste caso apenas para os dois casos de estudo, a eficácia do sistema político e como os indivíduos avaliam a performance do governo ao longo do tempo.

Posteriormente, o segundo momento desta investigação corresponde à análise explicativa. De modo a testar o efeito da eficácia do sistema político no apoio difuso ao regime democrático (e a soluções autoritárias de governo), correr-se-ão modelos de análise de regressão logística para CV e em STP (2016/2018). Esta estratégia metodológica possibilitará identificar os fatores mais importantes na explicação do apoio à democracia nos dois Estados insulares africanos. Nesta análise testam-se primeiro os efeitos das variáveis independentes em CV e STP, separadamente. Num segundo momento da análise explicativa, avalia-se a importância da ineficácia do sistema político a nível macro enquanto fator explicativo do apoio e enquanto mediadora do efeito das avaliações dos indivíduos sobre a performance do governo no apoio à democracia. Para tal, introduz-se nos modelos de ambas as variáveis dependentes uma interação entre as variáveis a nível micro que se revelarem significantes e a variável macro que distingue a eficácia política dos casos em estudo. Pretende-se, deste modo, testar se aquelas condições sistémicas interagem com as perceções e avaliações individuais no que respeita ao maior ou menor apoio à democracia.

Posto isto, no capítulo que se segue, serão efetuadas as análises empíricas sobre a evolução dos níveis de apoio ao regime democrático junto das democracias africanas e sobre a explicação do mesmo em CV e em STP.

CAPÍTULO 4

Resultados: Evolução do apoio à democracia em África e avaliação dos efeitos da eficácia do sistema político no apoio ao regime em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

A primeira secção deste capítulo trata da análise descritiva com vista a responder ao primeiro propósito desta dissertação, que tem como intenção caracterizar a evolução do apoio à democracia em CV e São Tomé e Príncipe, no contexto de outras democracias africanas, desde 1999 até 2021. Na secção seguinte é apresentada a evolução da eficácia do sistema político em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe com base nas avaliações e perceções políticas dos cidadãos sobre o sistema político (desde 2002 até 2021). Por fim, na última secção, são

conduzidas as análises de regressão logística sobre o efeito da eficácia do sistema político no apoio à democracia em CV e STP, nos anos de 2016/2018, apresentam-se os resultados e testam-se as hipóteses formuladas.

4.1. Evolução do apoio à democracia em África

A Figura B1 (anexo B) mostra a evolução do apoio ao regime em sete democracias africanas. Uma primeira apreciação descritiva dos dados mostra que os sentimentos pró-democráticos não são homogêneos nas democracias africanas, havendo diferenças acentuadas entre elas. Atualmente, de entre estes sete casos, os cidadãos de Botsuana, CV, Gana, Maurícia e STP são os mais favoráveis à democracia, enquanto os cidadãos da África do Sul (AS) e da Namíbia se mostram céticos em relação ao regime democrático. De entre estes países africanos, o declínio do apoio à democracia é mais notório na AS. Pelo contrário, a figura revela que há um incremento tendencial da preferência pela democracia em CV. Sumariamente, a partir das trajetórias observadas na Figura B1, a maioria dos países em análise possuem uma tendência para o apoio baixo à democracia (Botsuana, Gana, Maurícia e Namíbia).

A Figura B2 do mesmo anexo apresenta os dados sobre a rejeição de regimes autoritários (do regime de partido único, do governo militar e do governo de um só Homem para CV e STP apenas, em virtude da complexidade destes indicadores e da limitação de páginas), destacando a tendência para a rejeição de alternativas autoritárias em CV. Em 2002, mais de metade da população cabo-verdiana rejeitava todas as formas não democráticas de governação. Mais recentemente, a percentagem de opositores às alternativas autoritárias de governo aumentou acentuadamente. Já em relação a STP, é possível constatar que mais de metade dos indivíduos são-tomenses rejeita as alternativas autoritárias de governo em todos os anos em observação.

Em suma, no espaço de aproximadamente duas décadas, embora robusto, o apoio à democracia nas democracias africanas tem apresentado um padrão de decréscimo ligeiro. Tal constatação está em linha com as conclusões prévias de que o continente africano está a passar por um declínio democrático (Mattes, 2019, pp. 10-11).

4.2. Evolução da eficácia do sistema político em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

O propósito deste subcapítulo é apresentar a evolução da eficácia do sistema político de acordo com as avaliações e perceções dos cidadãos nos dois Estados insulares em análise, entre 2002/2003 e 2019/2021. O lapso temporal é diferente para cada um dos casos pois o Afrobarómetro oferece dados relativos a CV desde 2002/2003, enquanto para STP existem apenas dados relativos às duas últimas rondas – 2014/2015 e 2016/2018. Esta análise dos dados será lida primeiramente para CV (Gráficos B1 a B4) e, logo depois, para STP (Gráficos B5 a B8). As representações visuais destes resultados constam do Anexo B.

No que concerne à performance económica do país, tanto os cidadãos cabo-verdianos (Gráfico B1) como os são-tomenses (Gráfico B5) encontram-se desapontados. A trajetória dos indicadores revela que a grande maioria dos indivíduos apresenta uma avaliação sociotrópica muito negativa em CV, o que talvez se reflita na avaliação negativa da sua própria condição económica. Observa-se também que a evolução dos indicadores da performance não económica, no Gráfico B2, é pautada por frequentes quebras na avaliação positiva dos inquiridos. No que respeita a STP, observa-se que a avaliação egotrópica é marcado por valores tendencialmente negativos. Somente dois em cada dez são-tomenses avaliam a sua situação económica pessoal como positiva (19,8%), valor quase inalterados deste 2014 (18,1%). Os dados do Gráfico B6 sugerem que estes cidadãos também se encontram igualmente descontentes e insatisfeitos face à performance do governo em diversos setores da esfera não económica.

No que concerne à conflitualidade institucional, a esfera política são-tomense (Gráfico B7) é marcada por uma tendência mais negativa do que se verifica em CV (Gráfico B3). Em CV no ano de 2019, 14,3% da população releva acreditar que o Presidente ignora os tribunais e as leis do país. É notável que a proporção de cidadão cabo-verdianos que crê que o presidente ignora frequentemente ou sempre o judicial duplicou em comparação com o ano de 2004 (7,2%). Tendências semelhantes foram identificadas no que concerne ao legislativo. Já em STP, revela-se que em 2016, dois em cada dez são-tomenses acreditam que o Presidente ignora os tribunais e as leis do país (19,6%), tendo este indicador sofrido um aumento acentuado em onze pontos percentuais em comparação a 2014 (8,6%). No que concerne à obediência ao legislativo, importa destacar que em comparação com 2014 (6,3%), a percentagem de cidadãos são-tomenses que considera que o Presidente ignora a Assembleia Nacional triplicou (18,1%).

Através da observação dos gráficos relativos à perceção do envolvimento de políticos em corrupção (Gráfico B4 para CV e Gráfico B8 para STP), torna-se evidente que STP é o caso de estudo marcado pela corrupção. Em relação a este país, importa sublinhar que quase sete em cada dez são-tomenses acreditam que o Primeiro-Ministro e os funcionários do seu Gabinete, e funcionários públicos se encontram envolvidos em atos de corrupção em 2016 (67,7% e 66,7%, respetivamente). Em ambas instituições foi registado um aumento de 16 e 15 pontos percentuais, respetivamente, em comparação com 2014 (51,7% e 51,6%). A grande maioria da população avalia os membros da Assembleia Nacional como sendo os mais corruptos em 2019 (73,3%). Os dados mostram ainda que em CV, ao longo dos anos, o Presidente e os funcionários do seu gabinete compõem a instituição política percecionada como menos corrupta, enquanto os funcionários públicos são considerados os mais corruptos no país.

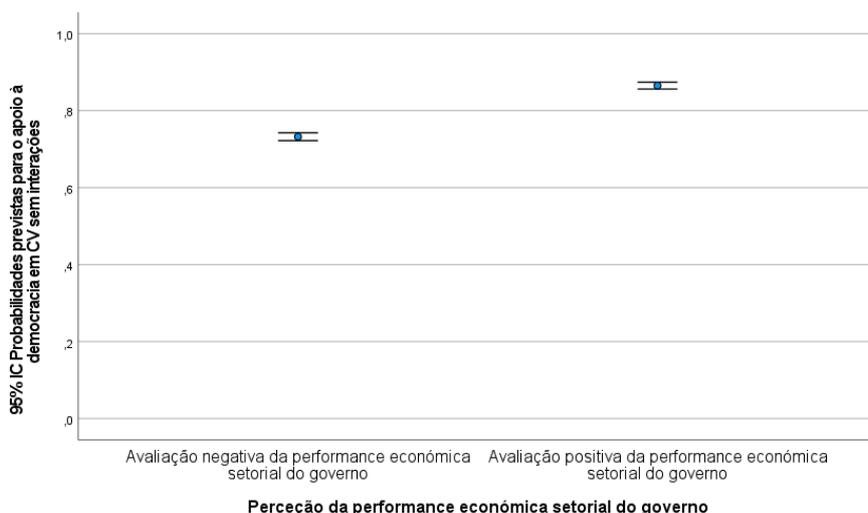
No próximo subcapítulo são testadas as expectativas teóricas através de modelos de regressão logística sobre o efeito da eficácia do sistema político no apoio à democracia em CV e STP.

4.3. Efeitos da eficácia do sistema político no apoio à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Neste subcapítulo são apresentados os resultados do teste das hipóteses e são expostas as principais conclusões. O subcapítulo encontra-se organizado em duas partes. A primeira parte propõe-se responder à questão que guia esta pesquisa “*Em que medida a eficácia do sistema político influencia o nível de apoio que os cidadãos conferem à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe?*” Em específico, nesta parte afere comparativamente, o efeito das avaliações dos indivíduos sobre a performance governamental, da perceção de conflitualidade institucional e da perceção de corrupção no apoio à democracia (e ao autoritarismo), em CV e em STP. Para responder a este propósito, os dados para a análise de cada caso são tratados de forma isolada. Para tal, procedeu-se à realização de diversos modelos de regressão logística cujas variáveis dependentes são o apoio à democracia e apoio ao autoritarismo em CV e STP. Em seguida, na segunda parte do capítulo, pretende-se responder à segunda questão de pesquisa “*E em que medida a instabilidade política e o nível de corrupção do país reforçam o efeito das avaliações políticas dos cidadãos no nível de apoio à democracia?*”. Mais concretamente, pretende-se aferir em que medida a (in)eficácia efetiva do sistema político, isto é, a instabilidade e a corrupção a nível macro, afeta o apoio à democracia. De forma a testar esta relação a nível macro, correm-se diversos modelos de regressão logística com os dois países conjuntamente. Ao longo da análise, a leitura dos dados é feita olhando primeiramente para os dados de CV – apoio à democracia e, depois, apoio ao autoritarismo –, e de seguida, para os dados relativos a STP – apoio à democracia e, depois, apoio ao autoritarismo.

Um primeiro objetivo desta dissertação é aferir os efeitos das avaliações da performance económica e não económica do governo em CV e em STP. A Tabela C1 (esta e todas as tabelas e também os quadros nos quais se encontram os valores das médias para as probabilidades previstas mencionados ao longo deste subcapítulo, constam do Anexo C) apresenta os modelos correspondentes à análise deste objetivo. O Modelo 1 desta tabela permite concluir que apenas a variável avaliação da performance económica sectorial do governo possui significância estatística com um efeito positivo na variável dependente em CV. Observa-se este efeito mesmo depois de introduzidos os controlos (Modelo 2) e as demais variáveis independentes num modelo completamente especificado, apesar do valor da significância ficar para além do limite da aceitabilidade estatística ($p=,071$), explicando consistentemente um maior apoio à democracia em CV (Modelo 3). A representação das respetivas probabilidades previstas consta da Figura 1.

Figura 1. Probabilidade de apoio à democracia em função da avaliação da performance económica setorial do governo em Cabo Verde



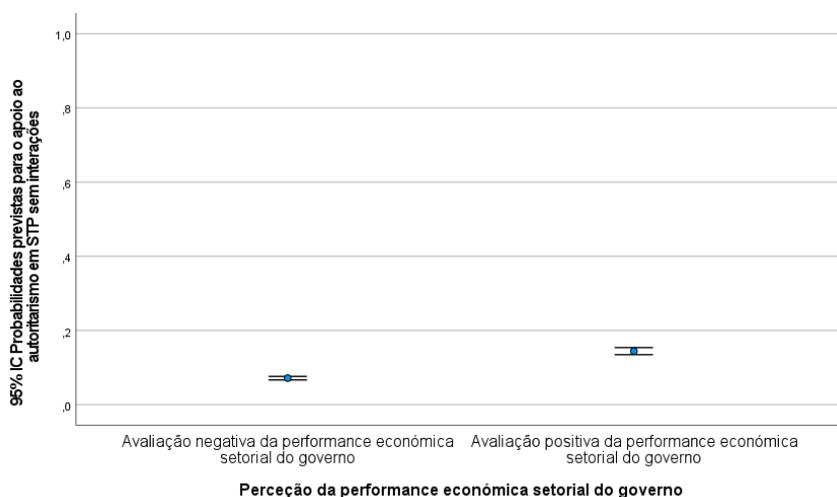
Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

A representação o visual do efeito da avaliação da performance económica sectorial do governo clarifica que quanto mais positivas são as avaliações dos indivíduos, maior é o apoio difuso à democracia. Quando os indivíduos têm a percepção de que a atuação do governo é negativa, a probabilidade de apoio à democracia em CV encontra-se na ordem dos 73,2%, conquanto quando a percepção dessa atuação é positiva, a probabilidade de apoio a este regime aumenta exponencialmente para os 86,5% (ver Quadro A1). Dessarte, a probabilidade de os indivíduos que consideram que o governo está a gerir bem o setor económico apoiarem a democracia é marcadamente superior, uma diferença de 13,2 pontos percentuais, por comparação aos que consideram que o governo está a gerir mal este setor.

Colocando agora o foco em STP, os resultados apresentados no Modelo 4 da Tabela C1 mostram que apenas a avaliação sociotrópica retrospectiva possui um efeito negativo significativo no apoio à democracia depois de introduzidos os controlos (Modelo 5, Tabela C1), explicando paradoxalmente um menor apoio à democracia. Contudo, no modelo completamente especificado (Modelo 6, Tabela C1), este efeito não consegue subsistir.

No contexto são-tomense, no que concerne ao apoio ao autoritarismo (Modelo 4, Tabela C2), curiosamente, apenas a avaliação da performance económica sectorial do governo possui efeito significativo, sendo este positivo, mantendo-se significativo mesmo quando introduzidos os controlos (Modelo 5, Tabela C2). Ainda, quando introduzido num modelo completamente especificado (Modelo 6, Tabela C2), verifica-se que este fator mantém significância, explicando mais apoio ao autoritarismo neste arquipélago. A representação das probabilidades previstas encontra-se na Figura 2.

Figura 2. Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da avaliação da performance económica setorial do governo em STP



Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios

A Figura 2 revela que quanto mais favoráveis são as avaliações da performance económica setorial, maior é o apoio ao autoritarismo em STP. A probabilidade de os indivíduos com uma avaliação negativa sobre a atuação do governo apoiarem o autoritarismo em STP encontra-se na ordem dos 7,1%, aumentando para os 14,4% quando a percepção dessa atuação positiva. Logo, quando os indivíduos são-tomenses avaliam o governo como estando a gerir positivamente o setor económico, a probabilidade de apoiar o autoritarismo é mais alta, em 7,2 pontos percentuais, por comparação a quando acham que o que o governo está a gerir este setor de forma negativa.

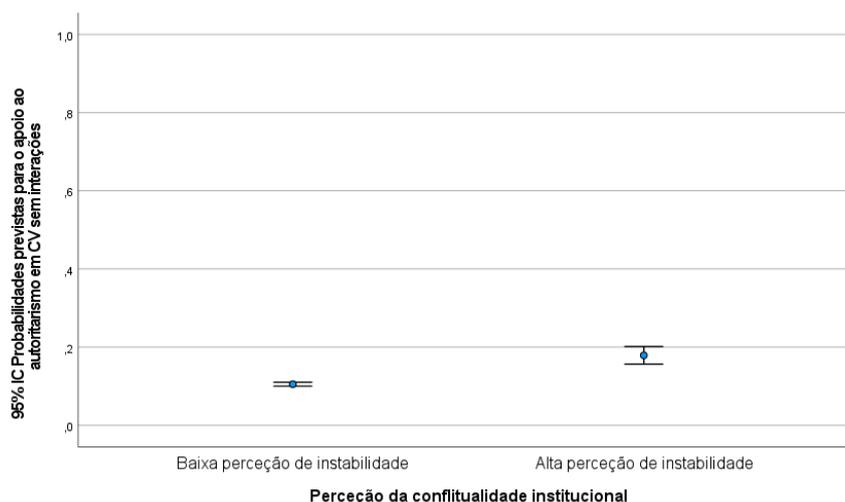
Estes resultados permitem afirmar que a H1 é plenamente corroborada em CV, mas não para STP; isto pois quanto mais favoráveis são as avaliações dos cidadãos cabo-verdianos sobre a performance do governo - económica e não económica -, maior é o respetivo apoio difuso à democracia. Relativamente a STP, o efeito dessas avaliações não pode ser corroborado, visto que se esperava o efeito oposto – melhores avaliações da performance levariam a um maior apoio à democracia. Esta constatação, opõe-se à constatação da pesquisa prévia de o apoio ao regime nas novas democracias se dever à provisão de bens não-económicos (Bratton et al., 2005; Bratton e Lewis, 2005; Evans e Whitefield, 1995; Linz e Stepan, 1996).

A confirmação da H1 para o caso de Cabo Verde é congruente com alguns estudos anteriores que afirmam que os bens económicos providenciados pelo sistema político são os mais importantes para o apoio à democracia (Elster, 1993 p. 271; Przeworski, 1991). Não obstante, estes resultados são distintos daquilo que a pesquisa anterior tem observado em África. Os estudos empíricos sobre os casos africanos apontados na revisão teórica – Nigéria (Bratton e Lewis, 2005), África

do Sul, no Gana e na Zâmbia (Bratton e Mattes, 2001) – demonstraram que tanto as atitudes pró-democráticas, como as oscilações dos níveis de apoio neste continente são conduzidas pelas avaliações que os indivíduos fazem da performance não económica do governo, indicando que estes pensam se forma instrumental e pragmática. Esta constatação implica que se analise estes países conjuntamente de forma a perceber como estas variáveis oscilam.

Um segundo objetivo da presente pesquisa visa analisar o efeito da percepção da conflitualidade institucional no país enquanto fator explicativo do apoio à democracia, comparativamente em CV e STP. A Tabela C3 apresenta os modelos correspondentes à análise deste objetivo para o apoio à democracia e a Tabela C4 para o apoio ao autoritarismo. No que concerne a CV, no Modelo 1 e observa-se que a percepção de conflitualidade institucional possui significância estatística, mas, contrariamente às expectativas, com um efeito negativo no apoio à democracia – explicando menos apoio à mesma. Este efeito mantém-se depois de introduzidos os controlos (Modelo 2), mas não resiste à especificação completa do modelo (Modelo 3). Ainda, esta variável possui significância estatística com um efeito positivo no apoio ao autoritarismo (Modelos 1, Tabela C4). Observa-se este efeito mesmo depois de introduzidos os controlos e as demais variáveis independentes num modelo completamente especificado (Modelos 2 e 3, Tabela C4). A representação da última probabilidade prevista consta da Figura 3.

Figura 3. Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da percepção da conflitualidade institucional em CV



Fonte:

Afrobarómetro. Cálculos próprios.

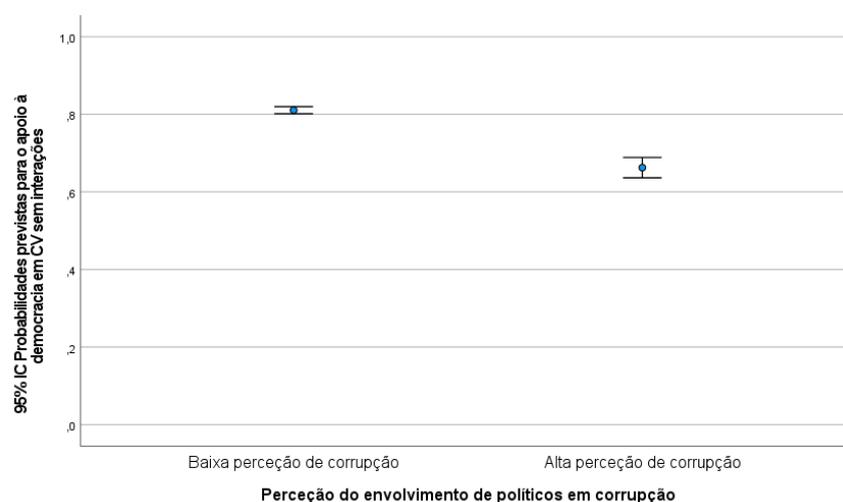
A representação visual das probabilidades previstas clarifica que quanto maior a percepção de conflitualidade institucional pelos cidadãos, maior é a sua probabilidade de apoiar o autoritarismo em

CV. Perante uma baixa perceção de instabilidade, a probabilidade de apoio ao autoritarismo em Cabo Verde encontra-se na ordem dos 10,5%. Contrariamente, quando os indivíduos possuem uma alta perceção de instabilidade, a probabilidade de apoio aumenta para os 17,9%. Em termos médios, a probabilidade de apoio ao autoritarismo é muito mais baixa, em 7,3 pontos percentuais para os indivíduos cuja perceção de instabilidade é baixa, por comparação aos que a percecionam como alta.

Estes resultados corroboram a H2 para CV, dado que uma maior a perceção de conflitualidade institucional pelos cidadãos cabo-verdianos propicia, efetivamente, um aumento da aceitação de uma alternativa não-democrática, conduzindo ao maior o apoio dos cidadãos ao autoritarismo. Estes resultados são congruentes com a literatura que sugere que os cidadãos são mais propensos a apoiar a democracia em contextos políticos estáveis (Anderson e Tverdova, 2003; Harmel e Robertson, 1986; Seligson e Carrión, 2002; Weil, 1989). Quanto a STP, esta hipótese não pode ser corroborada devido à ausência de significância estatística nos modelos de ambas as variáveis dependentes.

Um terceiro objetivo da dissertação propõe-se analisar o efeito no apoio à democracia da perceção dos indivíduos sobre o envolvimento de políticos, como o Presidente, Primeiro-Ministro, membros da Assembleia Nacional, funcionários públicos, entre outros, em corrupção, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No que concerne a CV, o Modelo 1 da Tabela C5 mostra que, de facto, a perceção do envolvimento de políticos em atos de corrupção é estatisticamente relevante, com um efeito negativo no apoio à democracia. O efeito desta variável mantém mesmo depois de introduzidos os controlos (Modelo 2) e as demais variáveis independentes num modelo completamente especificado (Modelo 3). No Modelo 1 da Tabela C5, observa-se que a perceção de corrupção possui um efeito robusto, conseguindo resistir ao efeito da especificação completa do modelo. A representação das respetivas probabilidades previstas encontra-se na Figura 4.

Figura 4. Probabilidade de apoio à democracia em função da perceção do envolvimento de políticos em corrupção em CV

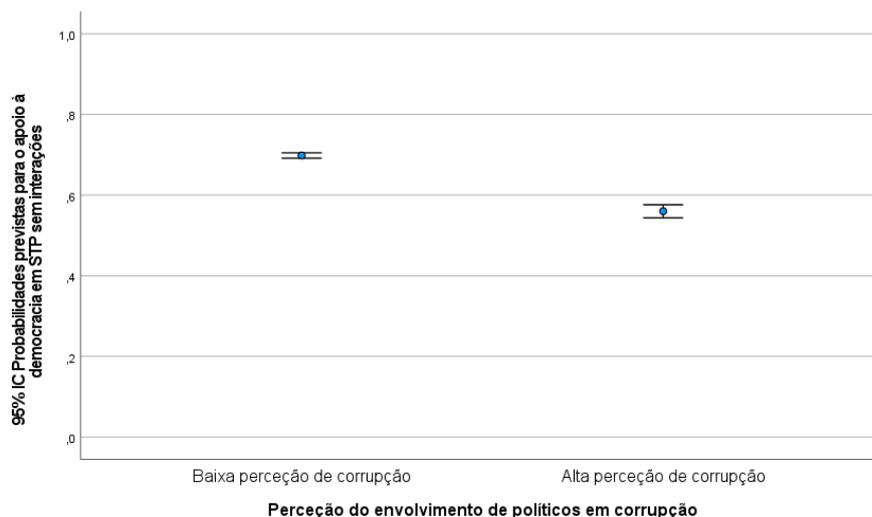


Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

Quando a percepção de corrupção é baixa, a probabilidade de apoio à democracia é alta, decrescendo quando a percepção de corrupção é alta. Para os indivíduos que têm uma baixa percepção de corrupção, a probabilidade de apoiar a democracia em CV bastante elevada – de 81% -, decrescendo substancialmente para aqueles que têm a percepção uma alta percepção de corrupção (para 66,2%). Assim, o valor médio de apoio à democracia para os indivíduos que possuem uma baixa percepção de corrupção é bastante mais elevado – em 14,8 pontos percentuais – por comparação aos que percebem uma alta corrupção neste arquipélago.

No que respeita a STP, ainda na Tabela C5, é possível observar a partir do Modelo 4 que a percepção do envolvimento de políticos em corrupção possui significância estatística com um efeito negativo no apoio à democracia neste país. Este efeito mantém-se mesmo depois de introduzidos os controlos (Modelo 5) e as demais variáveis independentes num modelo completamente especificado (Modelo 6). As probabilidades previstas encontram-se na Figura 5.

Figura 5. Probabilidade de apoio à democracia em função da percepção do envolvimento de políticos em corrupção em STP



Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios

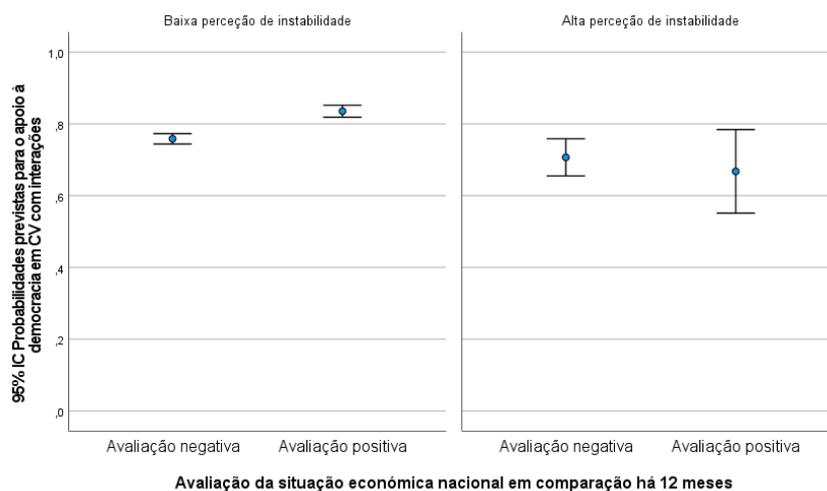
Tal como para CV, esta figura evidencia que quando a percepção de corrupção é baixa, a probabilidade de apoio à democracia é alta, decrescendo quando a percepção de corrupção é alta. Para os indivíduos que têm uma baixa percepção de corrupção, a probabilidade de apoiar a democracia em São Tomé e Príncipe é de 69,8%, e por isso substancialmente inferior ao apoio à democracia em CV nas mesmas circunstâncias. Comparativamente, quando os indivíduos são-tomenses possuem uma alta percepção de corrupção, a probabilidade de apoio a este regime decresce para a ordem dos 56%. Em termos médios, para os indivíduos que percebem que a corrupção é baixa, a probabilidade de apoiar

a democracia é mais alta em 13,8 pontos percentuais por comparação aos que percebem uma baixa corrupção em STP.

Consequentemente, a H3 é plenamente corroborada tanto para CV como para STP, permitindo atestar para ambos os casos que a uma maior percepção sobre a existência de corrupção no país corresponde um menor o apoio à democracia. A plena corroboração desta hipótese enquadra-se na literatura prévia que indica que este fator prejudica o apoio à democracia (Collins e Gambrel, 2017; Hakhverdian e Mayne, 2012; Kang e Zhu, 2021). Consequentemente, pode-se confirmar que esta variável constitui, de facto, uma ameaça para novas democracias (Linde, 2012).

Um outro propósito desta investigação é averiguar o papel mediador da percepção da conflitualidade institucional e da percepção da corrupção no efeito da avaliação da performance do governo no apoio à democracia em ambos arquipélagos. Para lhe responder contemplam-se quatro modelos com interações entre as seguintes variáveis: avaliação sociotrópica retrospectiva x percepção da conflitualidade institucional; avaliação sociotrópica retrospectiva x percepção da corrupção; avaliação económica sectorial x percepção da conflitualidade institucional; avaliação económica sectorial x percepção da corrupção. A Tabela C7 apresenta os modelos de interações correspondentes ao cumprimento deste objetivo. Em concordância com a Tabela C7, de entre as interações efetuadas para cada variável dependente e para cada país, totalizando dezasseis cruzamentos, apenas três interações possuem significância estatística – duas para o apoio à democracia e uma para o apoio ao autoritarismo –, sendo que todas elas se observam em CV. Uma das interações com significância é a que respeita à relação entre a percepção dos indivíduos sobre a existência de conflitualidade institucional no país e a avaliação da situação económica sociotrópica retrospectiva (Figura 6).

Figura 6. Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção da conflitualidade institucional e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV

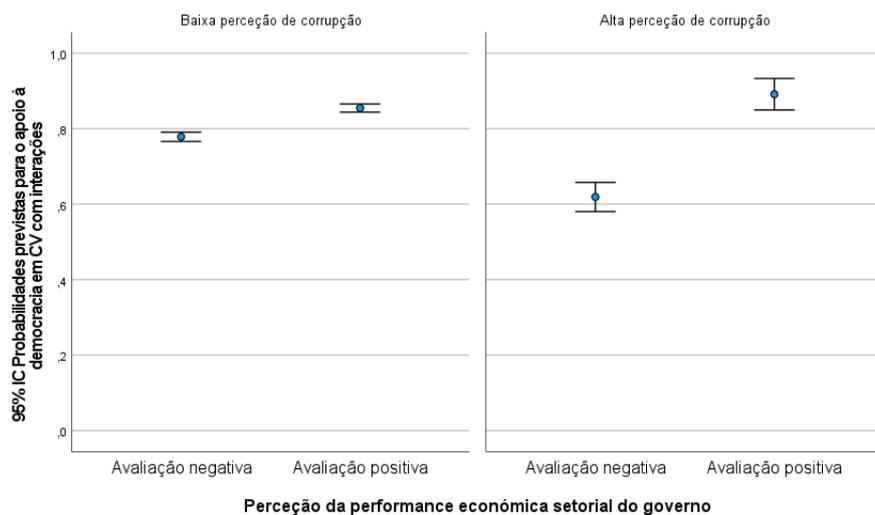


Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

A representação desta interação na Figura 6 evidencia que quando há percepção de alta instabilidade, a probabilidade de apoio à democracia é mais baixa, independentemente de as avaliação sobre a performance ser positiva (66,7) ou negativa (70,6). Contudo, nota-se que quando a instabilidade é percecionada como baixa, se verifica um reforço do efeito sobre o apoio à democracia – aumento da probabilidade de apoio à democracia para 75,8% quando a avaliação da performance é negativa e 83,5% quando a avaliação é positiva.

Outra interação com significância estatística respeita à relação entre a avaliação da performance económica setorial do governo e a percepção do envolvimento de políticos em corrupção no apoio à democracia em Cabo Verde (Figura 7).

Figura 7. Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da performance económica setorial do governo em CV

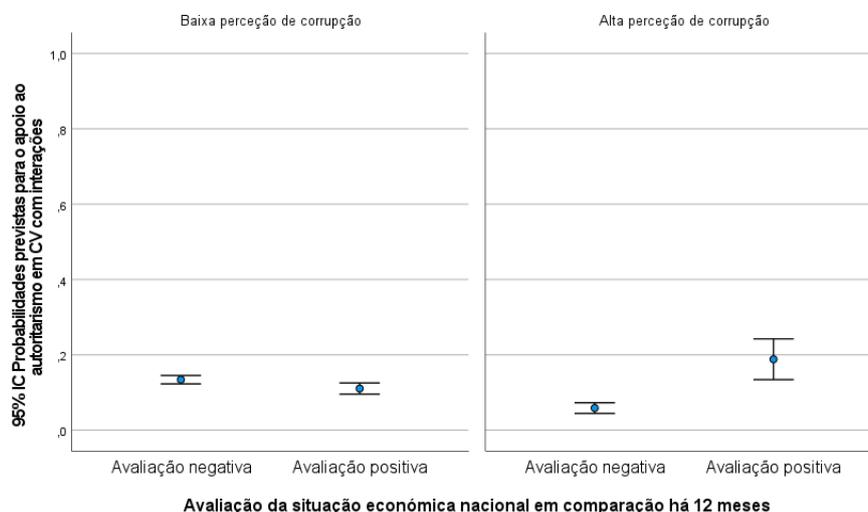


Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

A Figura 7 mostra que no contexto de baixa percepção de corrupção, as avaliações da performance económica setorial do governo em CV possuem pouco efeito sobre a probabilidade de apoiar a democracia – 77,8% perante avaliação negativa e 85,4% perante avaliação positiva. No entanto, quando a percepção de corrupção é alta, a avaliação negativa da performance do governo faz com que o apoio à democracia decline substancialmente – 89,1% perante avaliação positiva e 61,9% perante avaliação negativa.

No que concerne ao apoio ao autoritarismo, a interação entre a percepção do envolvimento de políticos em corrupção e a avaliação da situação sociotrópica retrospectiva detém um efeito significativo, embora não muito robusto, como evidenciado na Figura 8.

Figura 8. Probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV



Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios

De acordo com a Figura 8, no contexto de baixa percepção de corrupção, a avaliação da situação sociotrópica retrospectiva possui pouco efeito sobre a probabilidade de apoiar o autoritarismo em CV – 11,6% quando é positiva e 13,4% quando a avaliação é negativa, conquanto quando a percepção de corrupção é alta, a avaliação negativa da situação sociotrópica faz declinar a probabilidade de apoio ao autoritarismo – 89,1% quando a avaliação é positiva e 61,9% quando é negativa.

Estes resultados corroboram a H4 para CV (mas não para STP) que prevê que as avaliações negativas sobre a performance do governo acentuam mais a rejeição da democracia quando a instabilidade e corrupção são percecionadas como mais elevadas, por comparação a quando são percecionadas como mais baixas. Os resultados para CV sugerem que o traço característico da política cabo-verdiana – um sistema partidário estável, uma relação harmoniosa existente entre o Presidente e o Primeiro-Ministro e própria aceitação das regras do jogo (Sanches e Seibert, 2020) - é um dado relevante no apoio dos seus cidadãos ao regime democrático.

De modo a cumprir com o quinto objetivo desta análise, testa-se agora o efeito da ineficácia efetiva do sistema político em ambos países conjuntamente e para a duas variáveis dependentes, começando pela averiguação do apoio à democracia e, depois, ao autoritarismo. A Tabela C8 apresenta os modelos correspondentes à análise deste objetivo. Importa lembrar que para esta análise, testa-se a instabilidade e a corrupção a nível macro usando uma *dummy* em que se comparam os dois países (0 = Cabo Verde; 1 = São Tomé e Príncipe), que são a nível de ambas as variáveis considerados casos dissimilares. Designa-se esta variável *dummy* como eficácia do sistema político, de modo a incorporar

ambos os aspetos, sendo esta uma proxy à medição da ineficácia efetiva do sistema devido à impossibilidade de alcançar uma medição mais válida.

O Modelo 1 da Tabela C8 mostra que a *dummy* em causa possui significância estatística com um efeito negativo no apoio à democracia. Observa-se este efeito mesmo depois de introduzidos os controlos e as demais variáveis independentes num modelo completamente especificado (Modelo 2). Isto é, tratar-se de CV ou de STP tem importância na explicação do apoio à democracia. A representação das probabilidades previstas encontra-se abaixo, na Figura 9.

Figura 9. Probabilidade de apoio à democracia em função da eficácia efetiva do sistema político em CV e STP



Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

A Figura 9 revela que num sistema político efetivamente eficaz (Cabo Verde), a probabilidade de apoiar o regime é claramente superior à que se observa num sistema político marcado pela ineficácia política (STP). Ser são-tomense por comparação a ser cabo-verdiano implica um decréscimo da probabilidade do apoio ao regime democrático na ordem dos 12 pontos percentuais. Confirma-se, por isso, a H5 que postula que quanto maior for ineficácia efetiva do sistema político, menor é o apoio dos cidadãos ao regime democrático. Esta conclusão é congruente com a literatura que tem demonstrado que a eficácia política se relaciona com níveis mais elevados de apoio e preferência pela democracia (Dahl, 1971; Easton, 1965, 1975; Linz, 1978; Lipset 1959), sendo inclusive considerada como o fator de nível macro mais explicativo do apoio difuso à democracia (Magalhães, 2014). Ainda, relativamente a STP, sublinha-se que, de facto, aparenta ser a irregularidade do funcionamento do sistema político do país o aspeto que mais está a penalizar o apoio à democracia.

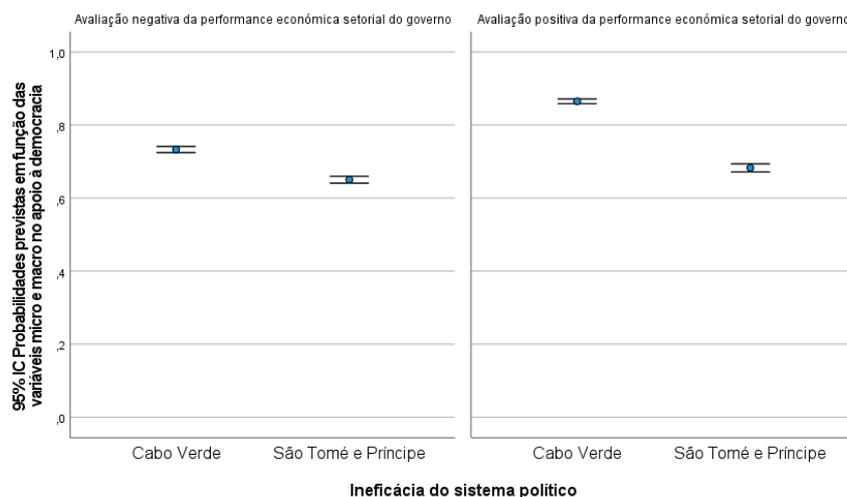
Atendendo aos modelos completamente especificados da Tabela C8 (Modelo 2 e Modelo 4), importa olhar para os efeitos estatísticos de algumas variáveis de controlo que são dignos de atenção. Reportando ao Modelo 2, a identificação com o partido no governo, a discussão de assuntos políticos, a

idade e a educação possuem um efeito significativo e positivo relativamente ao apoio à democracia nos dois países. No que concerne ao Modelo 4, relativamente ao apoio ao autoritarismo, quanto mais se discutem assuntos políticos; quanto maior for a exposição aos meios de comunicação e maior a idade dos cidadãos, menor é a chance de apoiar formas autoritárias de governo em ambos países. A idade e a exposição aos meios de comunicação exercem mais poder explicativo do que qualquer outro controlo do apoio à democracia em CV e STP. Estas conclusões são consonantes com as apontadas pela literatura prévia (Mishler e Rose, 1999; Oakes, 2002; Norris, 2017).

Importa, por fim, responder ao sexto e último objetivo da dissertação. Visto que um dos critérios principais para a escolha dos dois casos para este estudo comparativo é a diferença substancial que se pode observar ao nível da instabilidade política e ao nível de corrupção, torna-se crucial interrelacionar o facto de STP ser mais instável a nível macro com as perceções políticas dos indivíduos no apoio ao regime.

Inseriram-se as seguintes interações nos modelos: avaliação sociotrópica retrospectiva x *dummy* eficácia efetiva do sistema político; avaliação económica sectorial x *dummy* eficácia efetiva do sistema político; percepção da conflitualidade institucional x *dummy* eficácia efetiva do sistema político; percepção da corrupção x *dummy* eficácia efetiva do sistema político. Os resultados obtidos encontram-se na Tabela C9. Primeiramente olhamos para os dados que concernem ao apoio à democracia e depois passamos para os dados relativos ao apoio ao autoritarismo. De entre as oito interações, apenas a que relaciona a avaliação da performance económica sectorial do governo com a *dummy* relativa à eficácia atinge a significância estatística. Este resultado sinaliza um efeito relevante no apoio à democracia nos dois países, acentuando a rejeição do regime democrático. A Figura 10 representa esta interação para o apoio à democracia.

Figura 10. Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre avaliação da performance económica sectorial do governo e *dummy* eficácia efetiva do sistema político em CV e STP



Fonte: Afrobarómetro. Cálculos próprios.

De acordo com a Figura 10, a probabilidade de apoio à democracia em STP é sempre menor comparativamente a CV, independentemente de as avaliações dos indivíduos sobre a performance económica sectorial do governo serem positivas ou negativas. Quando as avaliações são negativas, a probabilidade do apoio ao regime democrático em CV encontra-se na ordem dos 73%, conquanto em STP é de 65%. Ainda, a probabilidade de apoio ao regime democrático em STP é ligeiramente superior quando a avaliação sobre a performance económica sectorial do governo é positiva, por comparação a quando é negativa – uma diferença quase impercetível de 3,2 pontos percentuais. Nota-se ainda que a probabilidade do apoio ao regime democrático em STP é inferior mesmo quando a avaliação desta performance é positiva por comparação à probabilidade do apoio em CV quando a avaliação é negativa. Quando as avaliações são positivas, em CV, a probabilidade de apoio a este regime dispara para os 86,5%, conquanto em STP permanece na ordem do 68%. Em termos médios, essa diferença é da ordem dos 18,2 pontos percentuais. Isto quer dizer que as características intrínsecas do funcionamento do sistema político aparentam fazer a diferença no que respeito ao efeito que as avaliações sobre a performance política têm no apoio ao regime; de outro modo ser São Tomé e Príncipe ou CV faz diferença. Assim, a eficácia efetiva do sistema político produz, de facto, um reforço do efeito das avaliações e das perceções dos indivíduos no apoio à democracia, sendo este negativo para STP e positivo para CV, confirmando a H6.

Estes resultados enquadram-se no panorama do que já se sabe sobre STP. A ineficácia do sistema político são-tomense sinaliza que independentemente das avaliações dos indivíduos, o nível macro parece prevalecer na explicação destes resultados. Os valores obtidos revelam que a avaliação da performance económica setorial do governo explica muito mais o apoio ao regime no caso de CV por comparação a STP. Mesmo quando a avaliação da performance económica é positiva, o apoio à democracia em STP não aumenta muito, o que revela que a ineficácia efetiva do sistema político aparenta ser aqui um fator chave. Os resultados alcançados sugerem que o facto de se tratar de São Tomé e Príncipe por si só, com tudo o que tem implícito do ponto de vista da instabilidade institucional e corrupção política, independentemente das avaliações dos indivíduos, explica o decréscimo do apoio à democracia. Tal é corroborado pelo que se verifica atualmente neste país: existe uma forte prevalência de personalismo político, de relações neo-patrimoniais, de redes clientelísticas, corrupção e de *rent-seeking*, para além de se testemunhar quedas frequentes de regimes e instituições políticas que não funcionam de forma estável (Sanches e Seibert, 2020). A ineficácia característica deste país poderá estar a contribuir para explicar o facto de as variáveis micro não possuírem um efeito tão relevante quanto expectável, por comparação à variável macro.

CAPÍTULO 5

Conclusões

Ao se inscrever na linha causal enunciada por Easton (1975) e recuperada por Magalhães (2013; 2014), esta investigação procurou validar a premissa de que existe uma relação causal entre eficácia do funcionamento do sistema político e apoio difuso à democracia. Mais concretamente, apoiou-se nas teorias institucionais sobre o apoio à democracia e na ideia de que o apoio ao regime é uma consequência racional perante a avaliação individual da eficácia do sistema político. Desde modo, considerámos pertinente questionar: Em que medida a eficácia do sistema político influencia o nível de apoio que os cidadãos conferem à democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe? E em que medida a instabilidade política e o nível de corrupção do país reforçam o efeito das avaliações políticas dos cidadãos no nível de apoio à democracia?

Pretende-se, com esta dissertação, contribuir para a literatura sobre a importância dos fatores explicativos relativos à performance económica e não-económica, instabilidade política e corrupção a nível micro e sobre o papel que a intervenção de fatores de natureza macro desempenha na explicação do apoio à democracia. Ainda, atualizam-se os dados sobre o apoio ao regime democrático em África, mediante a análise de duas novas democracias cujo estudo ainda se revela incipiente.

Na análise descritiva, observou-se que ao longo das últimas duas décadas tem havido a um padrão de ligeiro decréscimo nos níveis de apoio à democracia. Dessarte, é possível que se crê que continente africano esteja a experienciar um suposto período de declínio democrático, como apontado pela literatura relativamente ao mundo ocidental (Foa e Mounk 2017a, 2017b). Embora estes ciclos sejam comuns e não alarmantes, é sabido que a preservação de níveis baixos de apoio ao regime pode ser um indício de problemas ao nível do sistema. Seria pertinente, por este motivo, que futuras investigações se debruçassem sobre os fatores que poderão estar na raiz do declínio do apoio e as suas consequências para estas democracias liberais africanas.

A expectativa na base desta análise explicativa foi que mediante avaliações positivas da performance económica e não económica, baixa perceção de conflitualidade e corrupção, o apoio à democracia seja maior. Para além disso, era esperado que, por comparação a Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe observar-se-ia um menor apoio à democracia, devido ao facto de este ser um país marcado pela instabilidade política e pela corrupção. Neste, espera-se que as apreciações dos indivíduos sobre a performance do governo sejam negativamente reforçadas pela ineficácia efetiva do sistema político, levando a um menor apoio à democracia por comparação a Cabo Verde.

Através do teste das hipóteses constatamos que a entrega de bens económicos é mais explicativa do apoio à democracia do que a entrega de bens de cariz não económicos, corroborando o argumento de diversos investigadores (Elster, 1993; Przeworski, 199). Constatamos que quando se considera que a atuação económica setorial do governo é positiva, os cidadãos cabo-verdianos são muito mais propensos

a apoiar a democracia e os cidadãos são-tomenses mais propensos a apoiar o autoritarismo, comparativamente a quando se avalia essa atuação como negativa. Esta conclusão contribui para o conjunto limitado de trabalhos que pondera as avaliações dos cidadãos em relação a diversos aspetos do funcionamento do governo como explicativos do apoio à democracia em África.

Relativamente aos efeitos da instabilidade, concluímos que os efeitos da perceção da conflitualidade revelaram-se congruentes com as nossas expectativas em CV – a probabilidade de apoio ao autoritarismo é muito mais baixa para os indivíduos cuja perceção de instabilidade é baixa, por comparação aos que a percebem como alta. Quanto à perceção sobre a existência de corrupção no país, os resultados, mais uma vez, estão em linha com o nosso argumento. Os resultados revelam que quando a perceção de corrupção é baixa, a probabilidade de apoio à democracia é alta, decrescendo quando a perceção de corrupção é alta, tanto em CV como em STP. Mais concretamente, quando os indivíduos têm uma baixa perceção de corrupção, a probabilidade de apoiar a democracia em STP é substancialmente inferior ao apoio à democracia em CV nas mesmas circunstâncias. Ainda no que concerne aos efeitos das avaliações políticas dos indivíduos, os resultados indicam que estas atuam em paralelo com a perceção de conflitualidade institucional e corrupção em CV.

O pano de fundo da argumentação central do estudo é que por comparação a CV, em STP observar-se-ia um menor apoio à democracia devido ao facto de ser um país marcado pela ineficácia efetiva do sistema político. Primeiramente, os resultados sugerem que tratar-se de CV ou de STP tem importância explicativa no nível de apoio à democracia. Dado que as expectativas são confirmadas, concluímos que num sistema efetivamente eficaz (CV), a probabilidade de apoiar a democracia é substancialmente superior do que num sistema político marcado pela ineficácia (STP). Importa sublinhar que em STP, a irregularidade do funcionamento do sistema político do país é o aspeto que mais penaliza o apoio à democracia. Ainda na mesma linha de raciocínio, sublinhamos o papel mediador da eficácia do sistema no efeito da avaliação da performance do governo no apoio à democracia em ambos arquipélagos. Tal como expetamos, tratar-se de STP explica o menor apoio ao regime democrático visto que a probabilidade desse apoio é sempre menor comparativamente a CV, independentemente de as avaliações dos indivíduos sobre a performance económica sectorial do governo serem positivas ou negativas. Ademais, a probabilidade do apoio a este regime em STP é inferior mesmo quando a avaliação desta performance é positiva por comparação à probabilidade do apoio em CV quando a avaliação é negativa.

Ao se apoiar teoricamente em Easton (1965, 1975) e recuperando a relação identificada em investigações anteriores (Dahl, 1971; Linz, 1978; Lipset 1959; Magalhães, 2013, 2014), esta dissertação após replicar o seu teste, valida que a eficácia do sistema político se encontra efetivamente ligada ao maior apoio à democracia, mesmo na esfera africana. Ademais, esta dissertação conclui que a interação dos aspetos micro e macro é relevante, alargando o leque de variáveis explicativas do apoio à democracia em África.

Através da interpretação destes resultados, podemos tecer a afirmação de que em Cabo Verde a democracia é “o único jogo da cidade”, uma vez que existe a crença partilhada pela maioria que a

democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mesmo perante percepções de que o governo não está a atuar da melhor forma possível. Relativamente ao apoio inferior em STP, essa observação pode ser entendida como algo positivo na medida em que pode traduzir a manifestação de cidadãos instruídos e insatisfeitos com a eficácia do sistema político – poderão ser estes os “cidadãos críticos” ou “democratas insatisfeitos” identificados na literatura (Norris, 1999, p. 3; Klingemann, 1999, p. 32)? Esta dúvida aponta para a necessidade de futuras investigações focarem nas análises sobre a satisfação com a eficácia do sistema político no panorama africano.

Referências Bibliográficas

- Afolabi, S. O. (2017). Interrogating the credibility of elections in Africa: implications for democracy, good governance and peace? *Africology: The Journal of Pan African Studies*, 10(1), 3-24.
- Ake, C. (1996). *Democracy and development in Africa*. Brookings institution press.
- Armington, K., & Guthmann, K. (2014). Democracy in crisis? The declining support for national democracy in European countries, 2007–2011. *European Journal of Political Research*, 53(3), 423-442.
- Armstrong, H.W & Read, R. (1998), *Trade and Growth in Small States: The Impact of Global Trade Liberalisation*. *World Economy*, 21: 563-585. <https://doi.org/10.1111/1467-9701.00148>
- Almond, G. A., & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Sage Publications
- Alexander, A. C., & Welzel, C. (2017). The myth of deconsolidation: Rising liberalism and the populist reaction (No. 10). ILE Working Paper Series.
- Alverne, C., Moraes, D., & Kemer, T. (2022). Are politically engaged citizens more democratic? A glimpse from Brazil. *International Political Science Review*, 01925121211056578.
- Ames, B., Renno, L., & Rodrigues, F. (2003). Democracy, market reform, and social peace in cape verde. AFROBAROMETER WORKING PAPERS.
- Anderson, C. J. (1998). Parties, party systems, and satisfaction with democratic performance in the new Europe. *Political Studies*, 46(3), 572-588.
- Anderson, C. J., & Tverdova, Y. V. (2001). Winners, losers, and attitudes about government in contemporary democracies. *International political science review*, 22(4), 321-338.
- Anderson, C. J., & Tverdova, Y. V. (2003). Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies. *American journal of political science*, 47(1), 91-109.
- Anderson, C. J., & Guillory, C. A. (1997). Political institutions and satisfaction with democracy: A cross-national analysis of consensus and majoritarian systems. *American Political Science Review*, 91(1), 66-81.
- Anckar, D. (2020). Governing small states: A review. *Handbook of Governance in Small States* (pp. 17-25) Routledge.
- Bratton, M. (2002). Wide but Shallow: Popular Support for Democracy in Africa, Afrobarometer Working Paper, n 19.
- Bratton, M., & Mattes, R. B. (2000b). Democratic and Market Reforms in Africa: What 'the People' Say. Afrobarometer Working Paper, n 5.
- Bratton, M., & Mattes, R. (2001). Support for Democracy in Africa: Intrinsic or Instrumental? *British Journal of Political Science*, 31(3), 447-474. doi:10.1017/S0007123401000175
- Bratton, M., & Houessou, R. (2014). Demand for democracy is rising in Africa, but most political leaders fail to deliver. AfroBarometer.
- Bratton, M., Mattes, R., & Gyimah-Boadi, E. (2005). *Public opinion, democracy, and market reform in Africa*. Cambridge University Press.

- Bratton, M., & Lewis, P. (2005). The durability of political goods? Evidence from Nigeria's new democracy. Afrobarometer Working Paper, n 48.
- Teixeira, C. P., Tsatsanis, E., & Belchior, A. M. (2015). Apoio difuso e específico ao regime político em tempos de crise: avaliação da democracia em Portugal antes e depois do resgate económico (2008-2012).
- Booth, J. A., & Seligson, M. A. (1984). The political culture of authoritarianism in Mexico: a reexamination. *Latin American Research Review*, 19(1), 106-124.
- Bobo, L., & Licari, F. C. (1989). Education and political tolerance: Testing the effects of cognitive sophistication and target group affect. *Public Opinion Quarterly*, 53(3), 285-308.
- Carlin, R. E. (2006). The socioeconomic roots of support for democracy and the quality in Latin America. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 26(1), 48-66.
- Campbell, R. (2015). Winners, losers and the Grand Coalition: Political satisfaction in the Federal Republic of Germany. *International Political Science Review*, 36(2), 168-184.
- Chang, A., Chu, Y. H., & Welsh, B. (2013). Southeast Asia: Sources of regime support. *Journal of Democracy*, 24(2), 150-164.
- Charron, N., & Lapuente, V. (2012). In democracy we trust, but how much? In *Good Government*. Edward Elgar Publishing.
- Chisadza, C., & Bittencourt, M. (2019). Economic development and democracy: The modernization hypothesis in sub-Saharan Africa. *The Social Science Journal*, 56(2), 243-254.
- Chu, Y. H., Bratton, M., Lagos, M., Shastri, S., & Tessler, M. (2008). Public opinion and democratic legitimacy. *Journal of democracy*, 19(2), 74-87.
- Collins, K., & Gambrel, R. (2017). Corruption and popular support for democracy and government in transitional contexts: the case of Kyrgyzstan. *Europe-Asia Studies*, 69(8), 1280-1309.
- Crozier, M., Huntington, S. P., & Watanuki, J. (1975). *The crisis of democracy (Vol. 70)*. New York: New York University Press.
- Craig, S. C., Martinez, M. D., Gainous, J., & Kane, J. G. (2006). Winners, losers, and perceived mandates: voter explanations of the 1998 Gubernatorial and 2000 Presidential elections in Florida.
- Claassen, C. (2020). Does public support help democracy survive?. *American Journal of Political Science*, 64(1), 118-134.
- Dahl, R. A. (2000). A democratic paradox? *Political Science Quarterly*, 115(1), 35-40.
- Dahl, R. A. (1971). *Polyarchy: Participation and opposition*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dalton, R. J. (2004). Democratic challenges, democratic choices: The erosion of political support in advanced industrial democracies.
- Dalton, R. J. (1996). Political cleavages, issues, and electoral change. *Comparing Democracies: Elections and voting in global perspective*, 2, 319-42.
- Dalton, R. J., & Ong, N. N. T. (2005). Authority orientations and democratic attitudes: A test of the 'Asian values' hypothesis. *Japanese journal of political science*, 6(2), 211-231.
- Dahlberg, S., Linde, J., & Holmberg, S. (2013). Dissatisfied democrats: A matter of representation or performance?.
- Dahlberg, S., & Linde, J. (2016). Losing happily? The mitigating effect of democracy and quality of government on the winner-loser gap in political support. *International Journal of Public Administration*, 39(9), 652-664.

- Dahlberg, S., & Linde, J. (2017). The dynamics of the winner–loser gap in satisfaction with democracy: Evidence from a Swedish citizen panel. *International Political Science Review*, 38(5), 625-641.
- Donovan, T., & Karp, J. (2017). Electoral rules, corruption, inequality and evaluations of democracy. *European Journal of Political Research*, 56(3), 469-486.
- Doorenspleet, R. (2012). Critical citizens, democratic support and satisfaction in African democracies. *International Political Science Review*, 33(3), 279-300.
- Easton, D. (1965). A systems analysis of political life.
- Easton, D. (1975). A re-assessment of the concept of political support. *British journal of political science*, 5(4), 435-457.
- Evans, G., & Whitefield, S. (1995). The politics and economics of democratic commitment: Support for democracy in transition societies. *British Journal of Political Science*, 25(4), 485-514.
- Evans, G., & Rose, P. (2007). Support for democracy in Malawi: Does schooling matter? Afrobarometer Working Paper, n 57.
- Evans, G., & Rose, P. (2007). Education and support for democracy in sub-Saharan Africa: Testing mechanisms of influence. Afrobarometer Working Paper, n 75
- Elster, J., (1993). The Necessity and impossibility of Simultaneous Economic and Political Reform, in Douglas Greenberg, Stanley N. Katz, Melanie Beth Oliviero, and Steven C. Wheatley, eds., *Constitutionalism and Democracy: Transitions in the Contemporary World*. Oxford University Press
- Franklin, M. N. (2004). Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945. Cambridge University Press.
- Ferrín, M., & Kriesi, H. (Eds.). (2016). *How Europeans view and evaluate democracy*. Oxford University Press.
- Ferrín, M., & Kriesi, H. (2016). Introduction: democracy—the European verdict (pp. 1-20) in *How Europeans view and evaluate democracy*. Oxford University Press.
- Fernandez, K. E., & Kuenzi, M. (2010). Crime and support for democracy in Africa and Latin America. *Political Studies*, 58(3), 450-471.
- Finkel, S. E., Muller, E. N., & Seligson, M. A. (1989). Economic crisis, incumbent performance and regime support: A comparison of longitudinal data from West Germany and Costa Rica. *British Journal of Political Science*, 19(3), 329-351.
- Foa, R. S., & Mounk, Y. (2016). The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. *Journal of democracy*, 27(3), 5-17.
- Foa, R., & Mounk, Y. (2017). The End of the Consolidation Paradigm: A Response to Our Critics. *Journal of Democracy* <https://doi.org/10.17863/CAM.90407>
- Foa, R. S., & Mounk, Y. (2017). The signs of deconsolidation. *Journal of democracy*, 28(1), 5-15.
- Fuchs, D., & Roller, E. (2006). Learned democracy? Support of democracy in Central and Eastern Europe. *International journal of sociology*, 36(3), 70-96.
- Fuchs, D., Guidorossi, G., & Svensson, P. (1995). Support for the Democratic System. S. 323–353 in: Hans-Dieter Klingemann und Dieter Fuchs (Hg.): *Citizen and the State. Beliefs in Government*.
- Gilley, B. (2006). The determinants of state legitimacy: Results for 72 countries. *International political science review*, 27(1), 47-71.

- Gibson, J. L., Duch, R. M., & Tedin, K. L. (1992). Democratic values and the transformation of the Soviet Union. *The Journal of Politics*, 54(2), 329-371.
- Gomes, M. D. O. (2020). Contributo para a caracterização da cultura política em São Tomé e Príncipe 1990-2018: Caso do Distrito de Água Grande Estudo exploratório.
- Gunther, R., & Monteiro, J. R. (2003). Legitimidade política em novas democracias. *Opinião pública*, 9, 1-43.
- Hakhverdian, A., & Mayne, Q. (2012). Institutional trust, education, and corruption: A micro-macro interactive approach. *The Journal of Politics*, 74(3), 739-750.
- Harmel, R., & Robertson, J. D. (1986). Government stability and regime support: A cross-national analysis. *The Journal of Politics*, 48(4), 1029-1040.
- Hofmann, S. R. (2004). Islam and democracy: Micro-level indications of compatibility. *Comparative Political Studies*, 37(6), 652-676.
- Huntington, S. P. (1975). The United States. In Crozier, M., Huntington, S. P., & Watanuki, J. (1975). *The crisis of democracy* (Vol. 70). New York: New York University Press.
- Huntington, S. P. (1991). Democracy's third wave. *Journal of democracy*, 2(2), 12-34.
- Huang, M. H., Chang, Y. T., & Chu, Y. H. (2008). Identifying sources of democratic legitimacy: A multilevel analysis. *Electoral studies*, 27(1), 45-62.
- Inglehart, R. (1990) *Cultural Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press: 31–32.
- Inglehart, R. (1999). Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. *Critical citizens: Global support for democratic governance*, 236-56.
- Inglehart, R., & Norris, P. (2003). The true clash of civilizations. *Foreign policy*, 62-70.
- Kang, S., & Zhu, J. (2021). Do people trust the government more? Unpacking the distinct impacts of anticorruption policies on political trust. *Political Research Quarterly*, 74(2), 434-449.
- Kriesi, H. (2020). Is There a Crisis of Democracy in Europe? *Politische Vierteljahresschrift*, 61, 237–260.
- Konte, M. (2016). The effects of remittances on support for democracy in Africa: Are remittances a curse or a blessing? *Journal of Comparative Economics*, 44(4), 1002-1022.
- Klingemann, H. (1999), "Mapping Political Support in the 1990's", em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford: Oxford University Press
- Linz, J.J. (1978). Crisis, breakdown and reequilibration. In J.J. Linz & A. Stepan (eds), *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Linz, J. (1979). Europe's Southern Frontier: Evolving Trends Toward What?. *Daedalus*, 175-209.
- Linz, J. J., Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. The Johns Hopkins University Press Press.
- Linde, J. (2012). Why feed the hand that bites you? Perceptions of procedural fairness and system support in post-communist democracies. *European journal of political research*, 51(3), 410-434.
- Lindberg, S. I. (2007). Institutionalization of party systems? Stability and fluidity among legislative parties in Africa's democracies. *Government and Opposition*, 42(2), 215-241.
- Lipset, S. M. (1959). Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. *American political science review*, 53(1), 69-105.

- Lipset, S. M. (1994). The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address. *American political science review*, 59(1), 1-22.
- Martini, S., & Quaranta, M. (2020). *Citizens and democracy in Europe: contexts, changes and political support*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Mattes, R. (2019). *Democracy in Africa: Demand, Supply and the Dissatisfied Democrat*.
- Mattes, R., & Bratton, M. (2003). Learning about democracy in Africa: Awareness, performance, and experience. *Afrobarometer Working Paper*, n 31.
- Mattes, R., & Bratton, M. (2007). Learning about democracy in Africa: Awareness, performance, and experience. *American Journal of Political Science*, 51(1), 192-217.
- Mattes, R., & Mughogho, D. (2009). The limited impacts of formal education on democratic citizenship in Africa.
- Mattes, R. B., Bratton, M., Davids, Y. D. & Africa, C. (2000). Public opinion and the consolidation of democracy in southern Africa: An initial review of key findings of the southern african democracy barometer. *Afrobarometer Working Paper*, n 7.
- Magalhães, P. (2013). Governação eficaz e apoio à democracia. A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos, 241-261.
- Magalhães, P. C. (2014). Government effectiveness and support for democracy. *European Journal of Political Research*, 53(1), 77-97.
- Michler, W., & Rose, R. (2001). What are the origins of political trust. *Comparative Political Studies*.
- Mishler, W., & Rose, R. (2001). Political support for incomplete democracies: Realist vs. idealist theories and measures. *International Political Science Review*, 22(4), 303-320.
- Mishler, W., & Rose, R. (2002). Learning and re-learning regime support: The dynamics of post-communist regimes. *European Journal of Political Research*, 41(1), 5-36.
- Mishler, W., & Rose, R. (1999). Trajectories of fear and hope: support for democracy in central and eastern Europe.
- Mishler, W., & Rose, R. (1996). Trajectories of fear and hope: Support for democracy in Post-Communist Europe. *Comparative political studies*, 28(4), 553-581.
- Miller, A. H., & Lijphart, A. (1990). Political parties and confidence in government: A comparison of Norway, Sweden and the United States. *British journal of political science*, 20(3), 357-386.
- Montero, J. R., Gunther, R., & Torcal, M. (1997). Democracy in Spain: Legitimacy, discontent, and disaffection. *Studies in comparative international development*, 32(3), 124-160.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Mudde, C. (2021). Populism in Europe: An Illiberal Democratic Response to Undemocratic Liberalism (The Government and Opposition /Leonard Schapiro Lecture 2019). *Government and Opposition*, 1-21.
- Norris, P. (Ed.). (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford, Oxford University Press
- Norris, P. (2017). Is Western democracy backsliding? Diagnosing the risks. Forthcoming, *The Journal of Democracy*, April.
- Oakes, A. C. (2002). Gender differences in support for democracy. *Social Structure: Changes and Linkages*, 157-173.
- Pennock, J. R. (1966). Political development, political systems, and political goods. *World Politics*, 18(3), 415-434.

- Pequito, C., de Almeida Pereira, P., & Belchior, A. M. (2007) O “Paradoxo Democrático” e a Qualidade da Democracia em Portugal: Uma Perspectiva Longitudinal e Comparada.
- Przeworski, A. and Teune, H. (1970.) The logic of comparative social inquiry. Wiley-Interscience
- Przeworski, A. (1991). Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America. Cambridge University Press.
- Quaranta, M., & Martini, S. (2016). Does the economy really matter for satisfaction with democracy? Longitudinal and cross-country evidence from the European Union. *Electoral Studies*, 42, 164-174.
- Quaranta, M., & Martini, S. (2017). Easy come, easy go? Economic performance and satisfaction with democracy in Southern Europe in the last three decades. *Social Indicators Research*, 131(2), 659-680.
- Ragin, C. C. (1987). The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University of California Press.
- Reisinger, W. M., Miller, A. H., Hesli, V. L., & Maher, K. H. (1994). Political values in Russia, Ukraine and Lithuania: Sources and implications for democracy. *British Journal of Political Science*, 24(2), 183-223.
- Rohrschneider, R. (1994). Report from the laboratory: The influence of institutions on political elites' democratic values in Germany. *American Political Science Review*, 88(4), 927-941.
- Rohrschneider, R. (1996). Institutional learning versus value diffusion: The evolution of democratic values among parliamentarians in Eastern and Western Germany. *The Journal of Politics*, 58(2), 422-446.
- Rose, R., W. Mishler, and C. Haerpfer (1998). *Democracy and Its Alternatives*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Rose, R., & Mishler, W. (2002). Comparing regime support in non-democratic and democratic countries. *Democratization*, 9(2), 1-20.
- Rose, R. (2002). How Muslims view democracy: Evidence from central Asia. *Journal of Democracy*, 13(4), 102-111.
- Sanches, E. R., & Seibert, G. (2020). Politics and economy in small African island states: Comparing Cabo Verde and São Tomé and Príncipe. In *Handbook on the politics of small states* (pp. 222-240). Edward Elgar Publishing.
- Sanches, E. R. (2020a). Transitions to democracy, institutional choices and party system stability: lessons from small African islands. *Journal of Contemporary African Studies*, 38(2), 186-204.
- Sanches, E. R. (2020b). Small island states with strong democracies? The experience of decentralization in Cabo Verde and São Tomé and Príncipe. In *Handbook of Governance in Small States* (pp. 38-51). Routledge.
- Sanches, E. (2017). Construindo uma democracia de partidos: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada (1991-2016). *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*, 164-194.
- Sartori, G. (1991). Comparing and miscomparing. *Journal of theoretical politics*, 3(3), 243-257.
- Seligson, M. A. (2007). The democracy barometers (part I): The rise of populism and the left in Latin America. *Journal of Democracy*, 18(3), 81-95.
- Seligson, M. A., & Carrión, J. F. (2002). Political support, political skepticism, and political stability in new democracies: An empirical examination of mass support for coups d'état in Peru. *Comparative political studies*, 35(1), 58-82.
- Seibert, G. (2006). Comrades, clients and cousins. Colonialism, socialism and democratization in São Tomé and Príncipe.

- Staton, J. K., & Reenock, C. (2010). Substitutable protections: Credible commitment devices and socioeconomic insulation. *Political Research Quarterly*, 63(1), 115-128.
- Stoker, G. (2017). *Why politics matters: Making democracy work*. Bloomsbury Publishing.
- Sulitzeanu-Kenan, R., & Halperin, E. (2013). Making a difference: Political efficacy and policy preference construction. *British Journal of Political Science*, 43(2), 295-322.
- Teixeira, C. P., Tsatsanis, E., & Belchior, A. M. (2014). Support for democracy in times of crisis: diffuse and specific regime support in Portugal and Greece. *South European Society and Politics*, 19(4), 501-518.
- Teixeira, N. S. (2018). Três reflexões inacabadas sobre populismo e democracia. *R: I/Relações Internacionais*, (59), 75-83.
- Torcal, M., & Montero, J. R. (2006). Political disaffection in comparative perspective. In *Political disaffection in contemporary democracies* (pp. 25-42). Routledge.
- Tuscisny, A. (2007). Security communities and their values: Taking masses seriously. *International Political Science Review*, 28(4), 425-449.
- Van der Meer, T. (2010). In what we trust? A multi-level study into trust in parliament as an evaluation of state characteristics. *International review of administrative sciences*, 76(3), 517-536.
- Veenendaal, W. P., & Corbett, J. (2015). Why small states offer important answers to large questions. *Comparative Political Studies*, 48(4), 527-549.
- Veenendaal, W., & Corbett, J. (2020). Navigating hyper-fragmentation in small states. *Handbook of Governance in Small States* (pp. 26-37) Routledge.
- Veenendaal, W. (2021). How instability creates stability: the survival of democracy in Vanuatu. *Third World Quarterly*, 42(6), 1330-1346.
- Voeten, E. (2016). Are people really turning away from democracy? Available at SSRN 2882878.
- Whitefield, S., & Evans, G. (1999). Political culture versus rational choice: Explaining responses to transition in the Czech Republic and Slovakia. *British Journal of Political Science*, 29(1), 129-154.
- Weßels, B. (2016). Democratic legitimacy: Concepts, measures, outcomes. In *How Europeans view and evaluate democracy* (pp. 235-256). Oxford University Press.
- Weatherford, M. S. (1984). Economic 'stagflation' and public support for the political system. *British Journal of Political Science*, 14(2), 187-205.
- Weil, F. D. (1989). The sources and structure of legitimation in Western democracies: A consolidated model tested with time-series data in six countries since World War II. *American Sociological Review*, 682-706.
- Wegscheider, C., & Stark, T. (2020). What drives citizens' evaluation of democratic performance? The interaction of citizens' democratic knowledge and institutional level of democracy. *Zeitschrift für vergleichende Politikwissenschaft*, 14(4), 345-374.
- Wiebusch, M., Aniekwe, C. C., Oette, L., & Vandeginste, S. (2019). The African Charter on Democracy, Elections and Governance: past, present and future. *Journal of African Law*, 63(S1), 9-38.

ANEXOS

Anexo A – Justificação e operacionalização dos controlos

Identificação com o partido no governo

O primeiro controlo desta análise é a identificação com o partido no governo, medida através de uma pergunta em que os indivíduos manifestam a sua intenção de voto nas próximas eleições, apresentada mais adiante. Controlar o voto no partido do governo versus na oposição possui um potencial valor explicativo (Dahlberg e Linde, 2016). O sentimento de afinidade para com um partido e os valores por ele defendidos integram os indivíduos no sistema político, eliminando sentimentos de alienação (Miller e Listhaug, 1990; Dalton, 1999; Söderlund e Kestilä-Kekkonen, 2009). Pesquisas recentes sugerem que os eleitores que votam num partido que perde nas eleições manifestam níveis mais baixos de apoio ao regime do que os vencedores (Anderson e Guillory, 1997; Anderson e Tverdova, 2001; Campbell, 2013; Dahlberg e Linde, 2016; Dahlberg e Linde, 2017; Craig, Martinez, Gainous & Kane, 2006). Deste modo, quem se identifica com o partido que se encontra no governo, tenderá a ter maior probabilidade de apoiar o regime democrático, por comparação a quem se identifica com outros partidos.

Para a operacionalização desta variável, visto que existem dois países em estudo, foi necessário identificar para cada país qual partido está no governo na altura que é feito o trabalho de campo (MPD em Cabo Verde e ADI em São Tomé e Príncipe). Esta variável é, então, suportada na seguinte questão: Se as eleições legislativas fossem amanhã, em que partido votaria?

- Categorias de resposta para Cabo Verde: Movimento para Democracia (MPD); Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV); Partido Social Democrática (PSD); Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS); União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID); Partido Popular (PP); Não votaria; Recusou responder; Não sabe.

- Categorias de resposta para São Tomé e Príncipe: Acção Democrática e Independente (ADI); Movimento para a Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP/PSD); Partido da Convergência Democrática (PCD); Movimento para a Mudança e Progresso do Príncipe; União Democrática dos Cidadãos para a Mudança e Desenvolvimento (UDD); Não votaria; Recusou responder; Não sabe.

Este controlo foi recodificado de modo a criar uma variável dicotómica, na qual se assume o valor de 1 se o indivíduo votaria no partido no governo e 0 se o indivíduo votaria num dos restantes partidos e outras respostas possíveis. Importa ainda referir que as categorias de resposta “Não votaria”, “Recusou responder” e “Não sabe” serão contempladas na análise como 0, de modo a não perder o número de casos.

Discussão de assuntos políticos

Inclui-se também na análise a frequência de discussão de assuntos políticos, variável operacionalizada através da questão: “Quando se junta com os amigos ou a família, discutem assuntos políticos? 0) Nunca; 1) De vez em quando; 2) Muitas vezes”. Esta variável entra na análise mantendo a sua codificação original. Esta variável, tal como a atenção aos meios de comunicação são relevantes porque o interesse pela política promove o apoio à democracia (Mattes e Bratton, 2007; Dahlberg e Linde, 2016; Alverne, 2022).

Atenção aos meios de comunicação

A variável atenção aos meios de comunicação corresponde a um índice aditivo suportado pelas seguintes variáveis “Com que frequência sabe notícias pelas seguintes fontes?

B) Televisão; C) Jornais; D) Internet E) Redes Sociais como Facebook ou Twitter

0) Nunca; 1) Menos que uma vez por mês; 2) Algumas vezes por mês; 3) Algumas vezes por semana; 4) Diariamente”.

Inicialmente, contemplaram-se todas as variáveis incluídas na pergunta para a criação deste índice. Contudo, através do resultado da análise do teste de consistência do alpha de Cronbach, conclui-se que a variável A) Rádio penalizava o valor ($\alpha = 0,629$), tendo a mesma sido removida ($\alpha = 0,701$). Este índice aditivo varia entre 0 e 16, sendo que o 0 indica que indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados e 16 indica que o indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados.

Idade e educação

Integra-se também dois controlos de cariz sociodemográfico, à semelhança do utilizado noutras pesquisas (Hofmann, 2004; Huang et al., 2008; Staton e Reenock, 2010; Magalhães, 2014). O impacto da clivagem geracional (idade) na adesão aos valores e apoio democrático já se encontra exposto, assumindo que indivíduos mais jovens apoiam sistematicamente mais a democracia. (Mishler e Rose, 1999; Oakes, 2002; Norris, 2017). Finalmente, os efeitos da educação têm sido intensamente apontados, reconhecendo-se que indivíduos com habilitações literárias mais elevadas apoiam mais a democracia (Lipset, 1959, 1995; Bobo e Licari, 1989; Gibson, Duch e Tedin, 1992; Reisinger, Miller, Hesli e Maher, 1994; Bratton e Mattes, 2000b; Rose, 2002; Evans e Rose, 2006, Evans e Rose, 2007; Huang, Chang, & Chu, 2008).

A variável idade é operacionalizada através da questão de resposta aberta “Quantos anos tem?”. A variável educação é operacionalizada através da questão: “Qual o nível mais alto de educação que completou? 0) Nenhuma escolaridade formal; 1) Escola informal apenas; 2) Escola primária incompleta; 3) Escola primária completa; 4) Escola secundária incompleta; 5) Escola secundária completa; 6) Qualificações pós escola secundária, sem ser universidade; 7) Estudos universitários incompletos; 8) Estudos universitários completos; 9) Pós-graduação”.

Anexo B – Dados descritivos da análise empírica

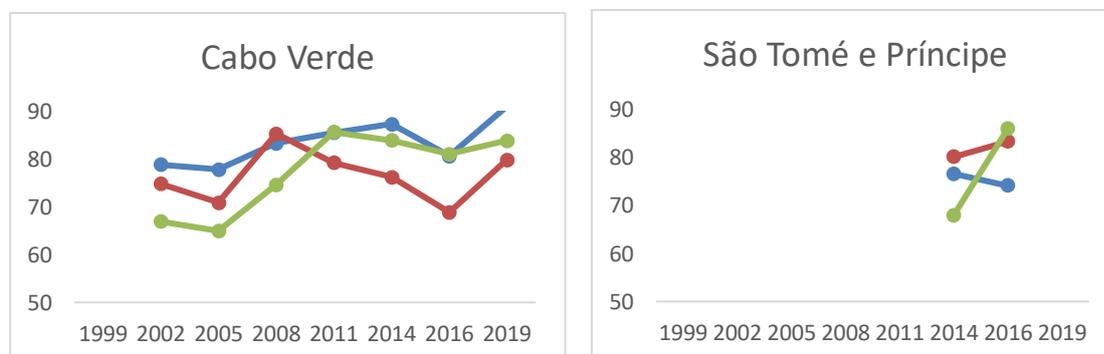
Figura 1. Evolução do apoio à democracia em África (1999-2019)



Nota: As linhas a laranja correspondem à afirmação “A Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. As linhas a azul correspondem a “Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível” e “Para uma pessoa como eu, não importa o tipo de governo que se tem”.

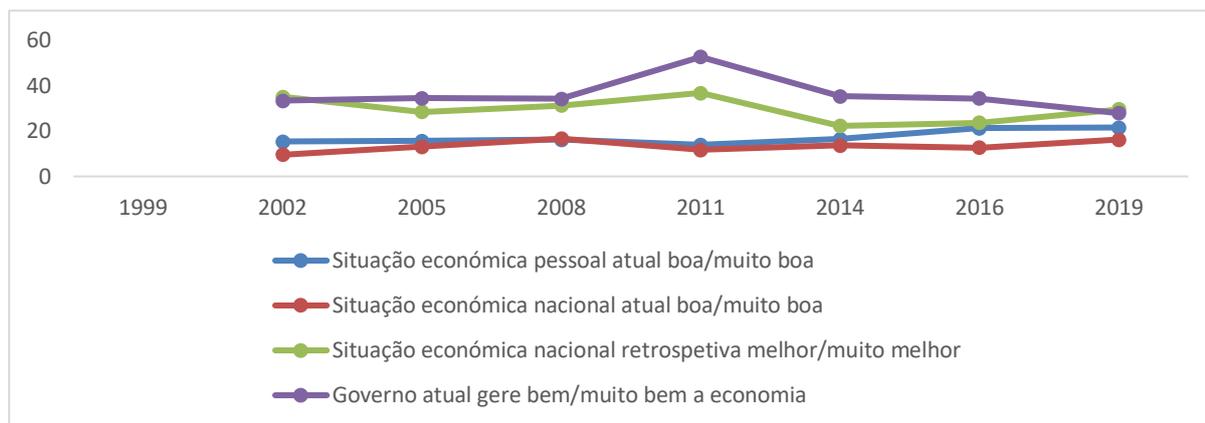
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Figura 2: Evolução da rejeição de alternativas não democráticas em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (percentagem de inquiridos que indica “desaprovo” e “desaprovo fortemente”)



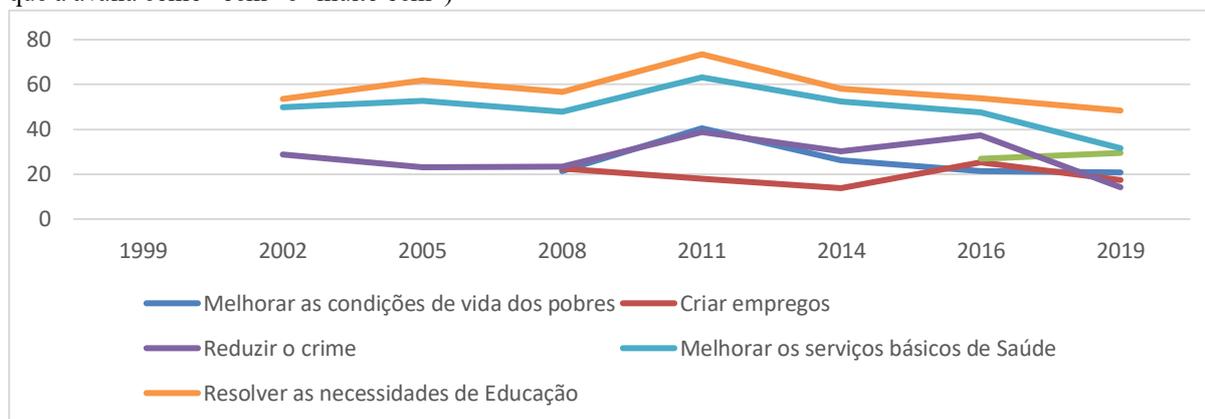
Legenda: Linha azul: Rejeição “Apenas um partido político é autorizado a concorrer em eleições e a governar”; Linha laranja: Rejeição “O exército governa o país”; Linha cinza: Rejeição “As Eleições e a Assembleia Nacional são extintas para que o primeiro-ministro decida tudo”

Gráfico 1: Avaliação da performance económica do Governo em Cabo Verde (percentagem de inquiridos que possui uma avaliação positiva: boas e muito boas; melhor e muito melhor; bem e muito bem)



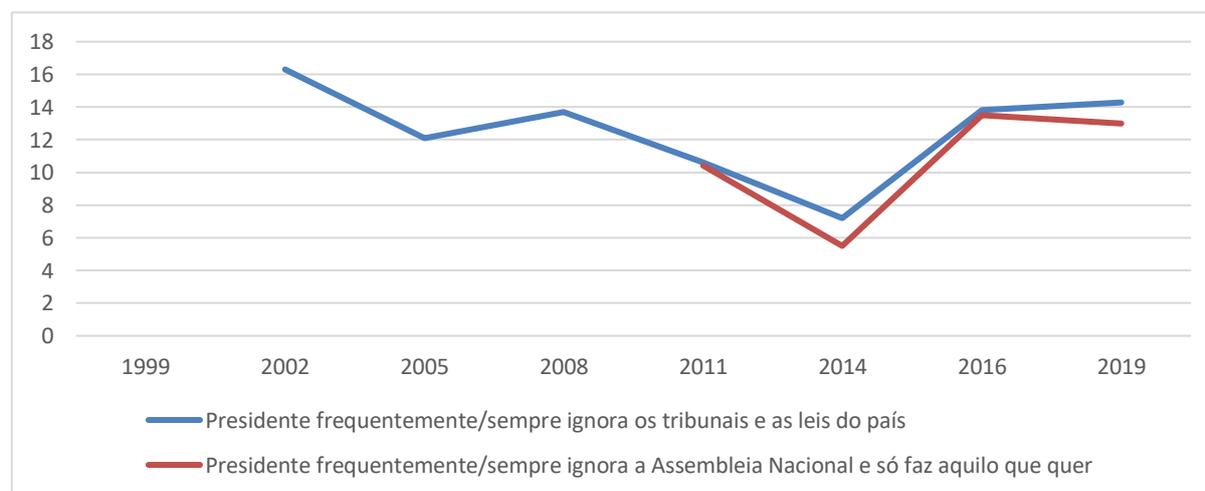
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 2: Avaliação da performance não económica do Governo em Cabo Verde (percentagem de inquiridos que a avalia como “bem” e “muito bem”)



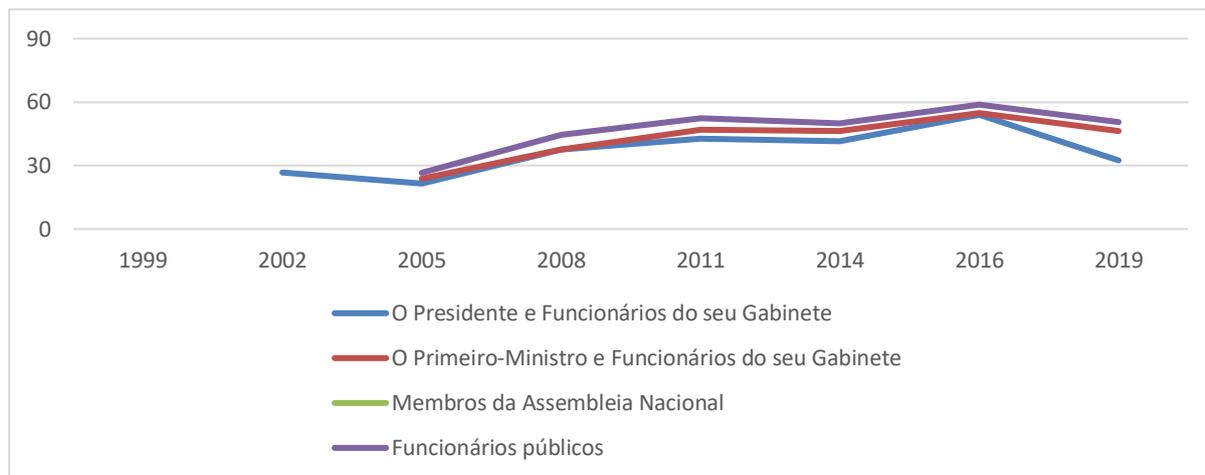
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 3: Perceção da conflitualidade institucional em Cabo Verde (percentagem de inquiridos que considera que o presidente ignora os tribunais e a Assembleia Nacional “frequentemente” e “sempre”)



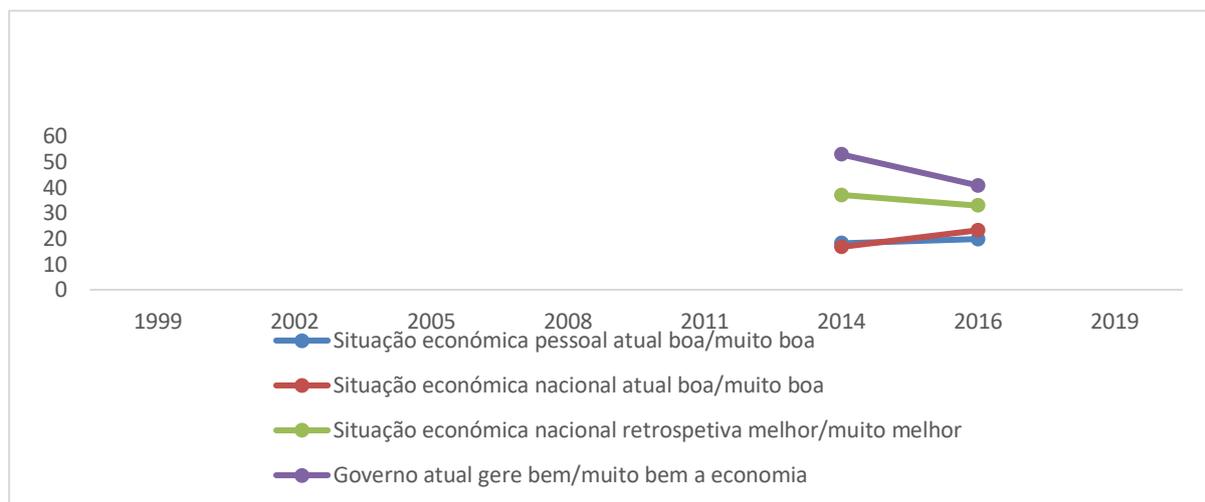
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 4: Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção em Cabo Verde (percentagem de inquiridos que aponta “alguns deles”, “a maioria deles” e “todos eles”)



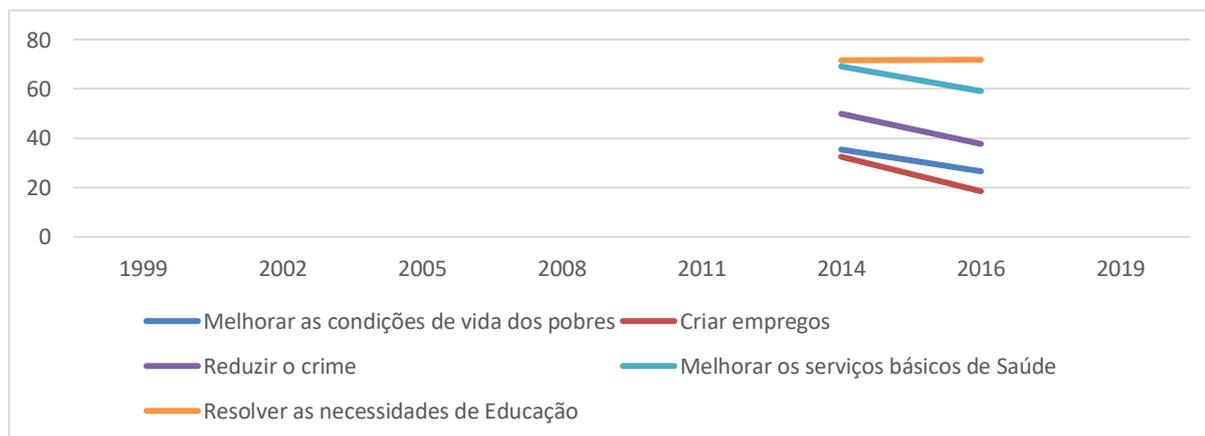
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 5: Avaliação da performance económica do Governo em São Tomé e Príncipe (percentagem de inquiridos que possui uma avaliação positiva: boas e muito boas; melhor e muito melhor; bem e muito bem)



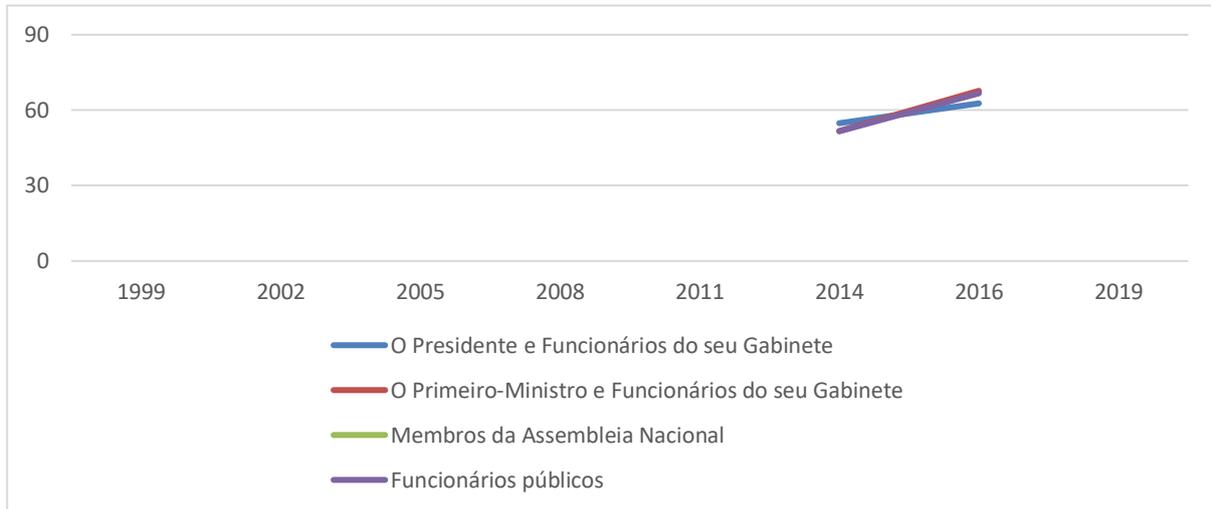
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 6: Avaliação da performance não económica do Governo em São Tomé e Príncipe (percentagem de inquiridos que a avalia como “bem” e “muito bem”)



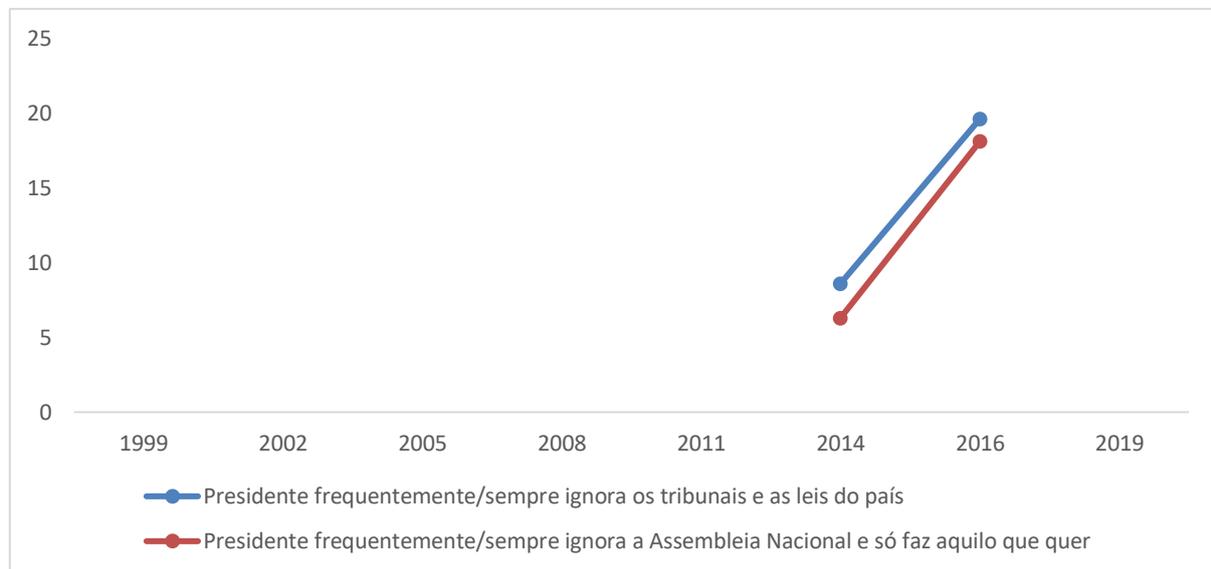
Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 7: Avaliação da conflitualidade institucional em São Tomé e Príncipe (percentagem de inquiridos que considera que o presidente ignora os tribunais e a Assembleia Nacional “frequentemente” e “sempre”)



Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Gráfico 8: Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção em São Tomé e Príncipe (percentagem de inquiridos que aponta “alguns deles”, “a maioria deles” e “todos eles”)



Fonte: Afrobarómetro. Criação própria.

Anexo C – Dados relativos aos modelos de regressão logística

Quadro 1. Médias para probabilidade de apoio à democracia em função da avaliação da performance económica setorial do governo em Cabo Verde

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio à democracia em CV sem inte

Dummy Percepção da performance económica setorial do governo	Média	N	Erro Desvio
Avaliação negativa	,7324287	503	,11750812
Avaliação positiva	,8652369	283	,07677446
Total	,7802464	786	,12254332

Quadro 2. Médias para probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da avaliação da performance económica setorial do governo em STP

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio ao autoritarismo em STP sem

Dummy Percepção da performance económica setorial do governo	Média	N	Erro Desvio
Avaliação negativa	,0716705	402	,04846379
Avaliação positiva	,1445236	292	,08322568
Total	,1023234	694	,07458583

Quadro 3. Médias para probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da percepção da conflitualidade institucional em CV

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio ao autoritarismo em CV sem ir

Dummy Percepção da conflitualidade institucional	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de instabilidade	,1050693	644	,06428439
Alta percepção de instabilidade	,1790517	89	,10666593
Total	,1140522	733	,07471624

Quadro 4. Médias para probabilidade de apoio à democracia em função da percepção do envolvimento de políticos em corrupção em CV

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio à democracia em CV sem inte

Dummy Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de corrupção	,8107598	541	,10789716
Alta percepção de corrupção	,6626611	91	,12599894
Total	,7894355	632	,12220843

Quadro 5. Médias para probabilidade de apoio à democracia em função da percepção do envolvimento de políticos em corrupção em STP

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio à democracia em STP sem int

Dummy Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de corrupção	,6983801	454	,07202244
Alta percepção de corrupção	,5600659	111	,08622137
Total	,6712069	565	,09296059

Quadro 6. Médias para probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção da conflitualidade institucional e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio à democracia em CV com interações

Dummy Percepção da conflitualidade institucional	Dummy Avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de instabilidade	Avaliação negativa	,7584596	264	,11899965
	Avaliação positiva	,8353995	166	,10851629
	Total	,7881620	430	,12090031
Alta percepção de instabilidade	Avaliação negativa	,7068341	48	,17798735
	Avaliação positiva	,6677694	18	,23416427
	Total	,6961801	66	,19379105
Total	Avaliação negativa	,7505172	312	,13080883
	Avaliação positiva	,8190009	184	,13492521
	Total	,7759224	496	,13629897

Quadro 7. Médias para probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da performance económica setorial do governo em CV

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio à democracia em CV com interações

Dummy Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção	Dummy Percepção da performance económica setorial do governo	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de corrupção	Avaliação negativa	,7785162	305	,10863358
	Avaliação positiva	,8548071	236	,08504062
	Total	,8117965	541	,10594785
Alta percepção de corrupção	Avaliação negativa	,6192120	81	,17522322
	Avaliação positiva	,8914355	10	,05832691
	Total	,6491266	91	,18697873
Total	Avaliação negativa	,7450871	386	,14112795
	Avaliação positiva	,8562961	246	,08434592
	Total	,7883741	632	,13363882

Quadro 8. Média para probabilidade de apoio ao autoritarismo em função da interação entre percepção do envolvimento de políticos em corrupção e avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) em CV

Relatório

Probabilidades previstas para o apoio ao autoritarismo em CV com interações

Dummy Avaliação do envolvimento de políticos em corrupção	Dummy Avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses	Média	N	Erro Desvio
Baixa percepção de corrupção	Avaliação negativa	,1341583	213	,08249779
	Avaliação positiva	,1106087	140	,08856565
	Total	,1248185	353	,08561269
Alta percepção de corrupção	Avaliação negativa	,0588499	49	,04924072
	Avaliação positiva	,1883521	15	,09757812
	Total	,0892020	64	,08378796
Total	Avaliação negativa	,1200739	262	,08270231
	Avaliação positiva	,1181323	155	,09207163
	Total	,1193522	417	,08619923

Quadro 9. Média para probabilidade de apoio à democracia em função da eficácia efetiva do sistema político em CV e STP

Ineficácia do sistema político	Média	N	Erro Desvio
Cabo Verde	,7812225	786	,08422973
São Tomé e Príncipe	,6635339	694	,10646492
Total	,7260361	1480	,11192948

Quadro 10. Probabilidade de apoio à democracia em função da interação entre avaliação da performance económica sectorial do governo e dummy eficácia efetiva do sistema político em CV e STP

Relatório

Probabilidades previstas em função das variáveis micro e macro no apoio ao autoritarismo

Ineficácia do sistema político	Dummy Percepção da performance económica sectorial do governo	Média	N	Erro Desvio
Cabo Verde	Avaliação negativa da performance económica sectorial do governo	,1093416	503	,06864335
	Avaliação positiva da performance económica sectorial do governo	,1260145	283	,07462464
	Total	,1153447	786	,07125924
São Tomé e Príncipe	Avaliação negativa da performance económica sectorial do governo	,0712749	402	,04352335
	Avaliação positiva da performance económica sectorial do governo	,1443289	292	,07245200
	Total	,1020123	694	,06784499
Total	Avaliação negativa da performance económica sectorial do governo	,0924324	905	,06176563
	Avaliação positiva da performance económica sectorial do governo	,1353150	575	,07403456
	Total	,1090929	1480	,06997289

Tabela 1. Efeito das avaliações da performance económica e não económica do governo no apoio à democracia

	Efeitos diretos das avaliações da performance económica e não económica do governo em Cabo Verde			Efeitos das avaliações da performance económica e não económica do governo <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em Cabo Verde			Efeitos diretos das avaliações da performance económica e não económica do governo em São Tomé e Príncipe			Efeitos das avaliações da performance económica e não económica do governo <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)	1,078	,075 (,092)	,414	1,032	,031 (,098)	,751	,952	-,049 (,120)	,685	,947	-,054 (,088)	,541	,953	-,048 (,092)	,604	915	-,088 (,113)	,434
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)	,915	-,089 (,093)	,339	,914	-,090 (,096)	,349	,856	-,156 (,117)	,182	,974	-,026 (,078)	,738	,981	-,019 (,081)	,813	1,093	,089 (,101)	,380
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)	1,036	,035 (,085)	,680	,993	-,007 (,087)	,940	1,059	,057 (,104)	,582	,857	-,155 (,071)	,030	,864	-,147 (,073)	,045	,927	-,076 (,090)	,402
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)	1,474	,388 (,132)	,003	1,332	,287 (,137)	,036	1,363	,310 (,171)	,071	1,255	,227 (,114)	,047	1,160	,149 (,119)	,212	1,041	,041 (,148)	,784
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)	1,054	,052 (,038)	,165	1,058	,056 (,039)	,149	1,077	,074 (,047)	,112	,982	-,018 (,033)	,584	,987	-,013 (,033)	,704	,975	-,025 (,041)	,540
Perceção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)							,957	-,044 (,056)	,435							,983	-,017 (,051)	,733
Perceção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)							,934	-,069 (,034)	,046							,913	-,091 (,032)	,005
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				2,105	,744 (,199)	<,001	1,906	,645 (,243)	,008				1,208	,189 (,156)	,225	1,031	,030 (,194)	,877
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				1,355	,304 (,115)	,008	1,450	,371 (,138)	,007				1,174	,161 (,099)	,106	1,303	,264 (,124)	,033
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				1,040	,039 (,022)	,069	1,043	,042 (,026)	,115				,976	-,024 (,020)	,236	,968	-,032 (,025)	,194
Idade				1,015	,015 (,006)	,009	1,024	,024 (,007)	<,001				1,013	,013 (,005)	,013	1,012	,012 (,007)	,074
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				1,024	,023 (,046)	,608	1,060	,059 (,058)	,308				1,147	,137 (,053)	,010	1,139	,130 (,067)	,052
Constante	,750	-,287 (,400)	,473	,285	-1,256 (,531)	,018	,257	-1,357 (,723)	,060	2,624	,965 (,342)	,005	1,030	,030 (,475)	,950	,1911	,647 (,659)	,326
Negelkerke			,036			,085			,127			,012			,033			,051

Tabela 2. Efeito das avaliações da performance económica e não económica do governo no apoio ao autoritarismo

	Efeitos diretos das avaliações da performance económica e não económica do governo em Cabo Verde			Efeitos das avaliações da performance económica e não económica do governo <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em Cabo Verde			Efeitos diretos das avaliações da performance económica e não económica do governo em São Tomé e Príncipe			Efeitos das avaliações da performance económica e não económica do governo <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)	,926	-,077 (,127)	,544	1,022	,022 (,138)	,874	,834	-,182 (,159)	,253	1,132	,124 (,153)	,418	1,234	,210 (,157)	,182	1,332	,287 (,113)	,118
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)	1,143	,134 (,130)	,303	1,128	,121 (,133)	,363	1,180	,166 (,149)	,267	1,161	,149 (,135)	,270	1,100	,095 (,139)	,493	,949	-,052 (,161)	,745
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)	,969	-,031 (,118)	,792	1,037	,036 (,121)	,767	1,124	,116 (,135)	,389	1,200	,183 (,125)	,143	1,194	,177 (,128)	,168	1,105	,100 (,150)	,507
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)	1,067	,065 (,183)	,722	1,039	,039 (,195)	,843	1,202	,184 (,229)	,422	1,642	,496 (,198)	,012	1,585	,461 (,205)	,025	1,737	,552 (,242)	,022
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)	,947	-,054 (,051)	,288	,944	-,058 (,053)	,271	,953	-,049 (,059)	,410	,982	-,019 (,054)	,733	,989	-,012 (,056)	,837	,985	-,015 (,065)	,816
Perceção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)							1,188	,172 (,069)	,012							1,005	,005 (,083)	,949
Perceção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)							,978	-,022 (,045)	,616							1,022	,021 (,052)	,681
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				1,276	,244 (,237)	,303	1,407	,341 (,268)	,203				1,096	,092 (,249)	,713	1,151	,141 (,297)	,635
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				,955	-,046 (,159)	,772	,913	-,091 (,178)	,608				,549	-,599 (,184)	,001	,516	-,661 (,217)	,002
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				,914	-,090 (,030)	,003	,902	-,103 (,034)	,003				,904	-,101 (,036)	,005	,907	-,097 (,041)	,019
Idade				,979	-,021 (,008)	,005	,982	-,018 (,009)	,035				,990	-,010 (,009)	,220	,987	-,013 (,011)	,228
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				,831	-,185 (,067)	,006	,898	-,108 (,076)	,154				,961	-,040 (,095)	,673	,995	-,005 (,112)	,963
Constante	,187	-1,676 (,548)	,002	1,165	,153 (,693)	,826	,678	-,388 (,865)	,654	,010	-4,578 (,641)	<,001	,041	-3,201 (,868)	<,001	,050	-2,994 (1,133)	,008
Negelkerke			,004		,072			,097			,054			,114				,113

Tabela 3. Efeito da percepção da conflitualidade no apoio à democracia

	Efeitos diretos da percepção da conflitualidade institucional em Cabo Verde			Efeitos da percepção da conflitualidade institucional <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em Cabo Verde			Efeitos diretos da percepção da conflitualidade institucional em São Tomé e Príncipe			Efeitos da percepção da conflitualidade institucional <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,952	-,049 (,120)	,685							915	-,088 (,113)	,434
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,856	-,156 (,117)	,182							1,093	,089 (,101)	,380
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)							1,059	,057 (,104)	,582							,927	-,076 (,090)	,402
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)							1,363	,310 (,171)	,071							1,041	,041 (,148)	,784
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)							1,077	,074 (,047)	,112							,975	-,025 (,041)	,540
Percepção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)	,877	-,132 (,043)	,002	896	-,110 (,045)	,014	,957	-,044 (,056)	,435	,967	-,033 (,039)	,395	,965	-,035 (,041)	,386	,983	-,017 (,051)	,733
Percepção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)							,934	-,069 (,034)	,046							,913	-,091 (,032)	,005
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				2,254	,813 (,188)	<,001	1,906	,645 (,243)	,008				1,091	,087 (,153)	,569	1,031	,030 (,194)	,877
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				1,336	,289 (,115)	,012	1,450	,371 (,138)	,007				1,186	,171 (,106)	,109	1,303	,264 (,124)	,033
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				1,028	,028 (,021)	,176	1,043	,042 (,026)	,115				,968	-,033 (,021)	,120	,968	-,032 (,025)	,194
Idade				1,015	,015 (,006)	,006	1,024	,024 (,007)	<,001				1,016	,015 (,005)	,004	1,012	,012 (,007)	,074
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				1,058	,056 (,047)	,231	1,060	,059 (,058)	,308				1,119	,113 (,055)	,041	1,139	,130 (,067)	,052
Constante	3,596	1,280 (,093)	<,001	,823	-,195 (,368)	,596	,257	-1,357 (,723)	,060	2,021	,704 (,098)	<,001	,802	-,220 (,339)	,515	,1911	,647 (,659)	,326
Negelkerke			,014			,073		,127			,001			,027				,051

Tabela 4. Efeito da percepção da conflitualidade no apoio ao autoritarismo

	Efeitos diretos da percepção da conflitualidade institucional em Cabo Verde			Efeitos da percepção da conflitualidade institucional <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em Cabo Verde			Efeitos diretos da percepção da conflitualidade institucional em São Tomé e Príncipe			Efeitos da percepção da conflitualidade institucional <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,834	-,182 (,159)	,253							1,332	,287 (,113)	,118
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							1,180	,166 (,149)	,267							,949	-,052 (,161)	,745
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)							1,124	,116 (,135)	,389							1,105	,100 (,150)	,507
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)							1,202	,184 (,229)	,422							1,737	,552 (,242)	,022
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)							,953	-,049 (,059)	,410							,985	-,015 (,065)	,816
Percepção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)	1,213	,193 (,056)	<,001	1,189	,173 (,059)	,003	1,188	,172 (,069)	,012	,938	-,064 (,067)	,336	,986	-,014 (,069)	,833	1,005	,005 (,083)	,949
Percepção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)							,978	-,022 (,045)	,616							1,022	,021 (,052)	,681
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				1,585	,460 (,225)	,041	1,407	,341 (,268)	,203				1,635	,492 (,242)	,042	1,151	,141 (,297)	,635
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				,821	-,197 (,165)	,235	,913	-,091 (,178)	,608				,587	-,533 (,189)	,005	,516	-,661 (,217)	,002
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				,920	-,083 (,029)	,004	,902	-,103 (,034)	,003				,906	-,098 (,037)	,007	,907	-,097 (,041)	,019
Idade				,980	-,020 (,008)	,009	,982	-,018 (,009)	,035				,985	-,015 (,009)	,101	,987	-,013 (,011)	,228
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				,840	-,174 (,070)	,012	,898	-,108 (,076)	,154				,957	-,044 (,098)	,651	,995	-,005 (,112)	,963
Constante	,096	-2,340 (,136)	<,001	,783	-,245 (,516)	,635	,678	-,388 (,865)	,654	,118	-2,138 (,157)	<,001	,455	-,787 (,575)	,171	,050	-2,994 (1,133)	,008
Negelkerke			,024			,091			,097			,002			,073			,113

Tabela 5. Efeito da perceção sobre a corrupção no apoio à democracia

	Efeitos diretos da perceção sobre a existência de corrupção em Cabo Verde			Efeitos da perceção sobre a existência de corrupção <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em Cabo Verde			Efeitos diretos da perceção sobre a existência de corrupção em São Tomé e Príncipe			Efeitos da perceção sobre a existência de corrupção <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio à democracia em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,952	-,049 (,120)	,685							915	-,088 (,113)	,434
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,856	-,156 (,117)	,182							1,093	,089 (,101)	,380
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)							1,059	,057 (,104)	,582							,927	-,076 (,090)	,402
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)							1,363	,310 (,171)	,071							1,041	,041 (,148)	,784
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)							1,077	,074 (,047)	,112							,975	-,025 (,041)	,540
Perceção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)							,957	-,044 (,056)	,435							,983	-,017 (,051)	,733
Perceção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)	,930	-,073 (,028)	,009	945	-,056 (,029)	,056	,934	-,069 (,034)	,046	,910	-,095 (,026)	<,001	,904	-,100 (,027)	<,001	,913	-,091 (,032)	,005
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				2,230	,802 (,212)	<,001	1,906	,645 (,243)	,008				,924	-,079 (,175)	,618	1,031	,030 (,194)	,877
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				1,364	,310 (,126)	,014	1,450	,371 (,138)	,007				1,276	,244 (,108)	,244	1,303	,264 (,124)	,033
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				1,054	,052 (,023)	,023	1,043	,042 (,026)	,115				972	-,028 (,022)	,190	,968	-,032 (,025)	,194
Idade				1,024	,024 (,006)	<,001	1,024	,024 (,007)	<,001				1,009	,009 (,006)	,130	1,012	,012 (,007)	,074
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				1,069	,067 (,052)	,199	1,060	,059 (,058)	,308				1,128	,120 (,060)	,045	1,139	,130 (,067)	,052
Constante	4,480	1,500 (,142)	<,001	,546	-,606 (,428)	,157	,257	-1,357 (,723)	,060	2,896	1,063 (,144)	<,001	1,433	,360 (,389)	,354	,1,911	,647 (,659)	,326
Negelkerke			,012			,091		,127				,022			,043			,051

Tabela 6. Efeito da perceção sobre a corrupção no apoio ao autoritarismo

	Efeitos diretos da percepção sobre a existência de corrupção em Cabo Verde			Efeitos da percepção sobre a existência de corrupção <i>versus</i> controlos em Cabo Verde			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em Cabo Verde			Efeitos diretos da percepção sobre a existência de corrupção em São Tomé e Príncipe			Efeitos da percepção sobre a existência de corrupção <i>versus</i> controlos em São Tomé e Príncipe			Efeitos do modelo completamente especificado no apoio ao autoritarismo em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5			Modelo 6		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							,834	-,182 (,159)	,253						1,332	,287 (,113)	,118	
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)							1,180	,166 (,149)	,267						,949	-,052 (,161)	,745	
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)							1,124	,116 (,135)	,389						1,105	,100 (,150)	,507	
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)							1,202	,184 (,229)	,422						1,737	,552 (,242)	,022	
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)							,953	-,049 (,059)	,410						,985	-,015 (,065)	,816	
Percepção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)							1,188	,172 (,069)	,012						1,005	,005 (,083)	,949	
Percepção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)	,964	-,036 (,040)	,360	,976	-,025 (,041)	,541	,978	-,022 (,045)	,616	,929	-,074 (,045)	,101	,949	-,052 (,047)	,272	1,022	,021 (,052)	,681
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				1,509	,411 (,237)	,083	1,407	,341 (,268)	,203				1,442	,366 (,254)	,149	1,151	,141 (,297)	,635
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				,949	-,052 (,170)	,758	,913	-,091 (,178)	,608				511	-,672 (,199)	<,001	,516	-,661 (,217)	,002
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				,924	-,079 (,031)	,011	,902	-,103 (,034)	,003				,903	-,102 (,038)	,007	,907	-,097 (,041)	,019
Idade				,982	-,018 (,008)	,023	,982	-,018 (,009)	,035				,990	-,011 (,009)	,252	,987	-,013 (,011)	,228
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				,858	-,153 (,071)	,032	,898	-,108 (,076)	,154				,974	-,027 (,105)	,799	,995	-,005 (,112)	,963
Constante	,146	-1,926 (,183)	<,001	,862	-,149 (,554)	,789	,678	-,388 (,865)	,654	,146	-1,926 (,223)	<,001	,517	-,660 (,651)	,311	,050	-2,994 (1,133)	,008
Negelkerke			,002			,058			,097			,007			,084			,113

Tabela 7. Efeitos das interações entre avaliações da performance no apoio à democracia e apoio ao autoritarismo em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe

	Apoio à democracia em Cabo Verde			Apoio ao autoritarismo em Cabo Verde			Apoio à democracia em São Tomé e Príncipe			Apoio ao autoritarismo em São Tomé e Príncipe		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Perceção da conflitualidade institucional by Avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva)	,895	-,111 (,059)	,059	1,045	,044 (,067)	,508	,940	-,061 (,048)	,201	1,031	,031 (,078)	,693
Perceção do envolvimento de políticos em corrupção by Avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva)	,963	-,038 (,038)	,314	1,125	,118 (,050)	,020	1,012	,012 (,032)	,709	,947	-,054 (,057)	,338
Perceção da conflitualidade institucional by Avaliação da performance económica sectorial do governo	1,105	,099 (,086)	,247	1,023	,023 (,096)	,813	1,069	,067 (,065)	,303	,919	-,084 (,105)	,422
Avaliação da performance económica sectorial do governo by Perceção do envolvimento de políticos em corrupção	1,123	,116 (,051)	,024	1,100	,096 (,068)	,158	,999	-,001 (,042)	,973	1,059	,058 (,070)	,412
Constante	,355	-1,036 (,928)	,264	7,715	2,043 (1,216)	,093	2,018	,702 (,833)	,399	,034	-3,379 (1,492)	,023
Nagelkerke			,148			,121			,056			,118

Nota: Para estes modelos de regressão logística foram introduzidas todas as variáveis independentes, controlos e interações. No entanto, optou-se por não introduzir os valores para as variáveis independentes e controlos visto que não têm leitura e de modo a poupar espaço. O mesmo se aplica à tabela 8.

Tabela 8. Efeitos da eficácia efetiva do sistema político no apoio à democracia e apoio ao autoritarismo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

	Efeitos diretos da dummy eficácia efetiva do sistema político no apoio à democracia em CV e STP			Efeitos da dummy eficácia efetiva do sistema político <i>versus</i> controlos no apoio à democracia em CV e STP			Efeitos diretos da dummy eficácia efetiva do sistema político no apoio ao autoritarismo em CV e STP			Efeitos da dummy eficácia efetiva do sistema político <i>versus</i> controlos no apoio ao autoritarismo em CV e STP		
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Ineficácia do sistema político (dummy STP em evidência)	,602	-,507 (,092)	<,001	,571	-,561 (,140)	<,001	,849	-,163 (,143)	,254	,556	-,587 (,207)	,005
Avaliação egotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)				,936	-,066 (,081)	,416				1,028	,027 (,117)	,816
Avaliação sociotrópica (1= Muito más; 5= Muito boas)				,972	-,029 (,075)	,700				1,077	,074 (,108)	,493
Avaliação sociotrópica retrospectiva (1= Muito pior; 5= Muito melhor)				,968	-,032 (,067)	,631				1,137	,129 (,099)	,194
Avaliação da performance económica sectorial do governo (1= Muito mal; 4=Muito bem)				1,193	,176 (,111)	,112				1,435	,361 (,164)	,028
Avaliação da performance não-económica sectorial do governo (5=Governo atua muito mal; 20=Governo atua muito bem)				1,010	,009 (,030)	,754				,962	-,038 (,043)	,372
Perceção da conflitualidade institucional (0=Ausência de conflitualidade institucional; 6=Conflitualidade institucional muito elevada)				,982	-,019 (,037)	,612				1,099	,095 (,052)	,068
Perceção do envolvimento de políticos em corrupção (0=Nenhum envolvido em corrupção; 12=Todos envolvidos em corrupção)				,922	-,081 (,023)	<,001				,996	-,004 (,033)	,912
Identificação com o partido no governo (0=Identificação com outros partidos; 1=Identificação com o partido no governo)				1,316	,275 (,147)	,062				1,275	,243 (,197)	,219
Discussão de assuntos políticos (0=Nunca; 2=Muitas vezes)				1,347	,298 (,091)	,001				,712	-,339 (,136)	,012
Exposição aos meios de comunicação (0=Indivíduo nunca sabe das notícias pelos meios de comunicação indicados; 16=Indivíduo sabe das notícias diariamente pelos meios de comunicação indicados)				1,003	,003 (,018)	,875				,900	-,105 (,026)	<,001
Idade				1,017	,017 (,005)	<,001				,982	-,018 (,007)	,006
Educação (0=Escola informal apenas; 9=Pós-graduação)				1,099	,094 (,042)	,026				,925	-,078 (,061)	,207
Constante	2,990	1,095 (,068)	<,001	1,212	,192 (,474)	,685	,121	-2,113 (,098)	<,001	,316	-1,153 (,670)	,085
Negelkerke			,019			,089			,001			,084

Tabela 9. Efeito das percepções ao nível micro sobre a performance governamental, conflitualidade institucional e corrupção no apoio à democracia e no apoio ao autoritarismo num sistema politicamente instável

	Apoio à democracia em CV e STP			Apoio ao autoritarismo em CV e STP		
	Modelo 1			Modelo 2		
	exp(b)	b(s.e.)	sig.	exp(b)	b(s.e.)	sig.
Avaliação da situação económica nacional em comparação há 12 meses (sociotrópica retrospectiva) X Ineficácia do sistema político	,857	-,155 (,134)	,246	1,008	,008 (,194)	,966
Avaliação da performance económica sectorial do governo X Ineficácia do sistema político	,623	-,474 (,186)	,011	1,434	,360 (,277)	,193
Percepção da conflitualidade institucional X Ineficácia do sistema político	1,024	,024 (,074)	,744	,845	-,168 (,105)	,110
Percepção do envolvimento de políticos em corrupção X Ineficácia do sistema político	,989	-,011 (,046)	,813	1,034	,034 (,067)	,613
Constante	,489	-,716 (,582)	,219	,451	-,795 (,775)	,305
Negelkerke			,099			,092

Fonte para a construção das tabelas, gráficos e quadros: Afrobarómetro.